

## DISCURSO COMO ARMA DE GUERRA: UM POSICIONAMENTO OCIDENTALISTA NA CONSTRUÇÃO DA ALTERIDADE

(Discourse as a War Weapon: An Occidentalist Positioning  
in the Construction of Alterity)

Luiz Paulo da MOITA LOPES

(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Branca Falabella FABRÍCIO

(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

***ABSTRACT:** The process of occidentalization of the world, a way of constructing imaginary narratives about otherness, has been said to constitute Modernity in terms of a totalitarian attempt to universalize a European logic. Through this perspective, subjectivities were produced in complicity with the Western 'colonial' project. Drawing on Foucault, Critical Discourse Analysis and Postcolonial theories, this paper focuses on current language practices in the media by investigating their role in creating and circulating discourses about identities and differences in the contemporary scenario after 9/11. On analyzing a specific communicative event in the printed Brazilian press, an opinion article which centers on the Iraqi War, the authors argue that, still in tune with an occidentalist perspective, identity and difference are approached through fundamentalist lenses – in a period in which post-colonialism has widely criticized Enlightenment ideals. It is shown how in this approach media discourse is used as a war weapon.*

***KEY-WORDS:** Identity; Occidentalism; Post-Colonialism; Media Discourse.*

***RESUMO:** O processo de ocidentalização do mundo tem sido compreendido como movimento constituintor da Modernidade em termos de uma tentativa totalizadora de universalizar uma lógica européia. Tal perspectiva produziu uma forma de construção de narrativas imaginárias sobre a alteridade e subjetividades alinhadas ao projeto colonial ocidental. O objetivo do presente trabalho é, partindo de Foucault, da Análise do Discurso Crítica e de teorias pós-coloniais, focalizar as práticas discursivas na mídia e investigar o seu papel na criação e circulação de discursos sobre a identidade e a diferença no cenário*

*contemporâneo depois de 11 de setembro de 2001. Ao analisar um evento comunicativo da imprensa escrita brasileira, um artigo de opinião acerca da guerra recente contra o Iraque, os autores argumentam que identidade e diferença são abordadas através de lentes fundamentalistas, ainda em sintonia com uma perspectiva ocidentalista – justamente em um período no qual os ideais iluministas têm sido amplamente criticados pelo pós-colonialismo. O artigo demonstra como o discurso é utilizado como arma de guerra.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Identidade; Ocidentalismo; Pós-Colonialismo; Discurso Midiático.*

A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria a minha vingança pessoal. A morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura.

Michel Foucault 2000:305

Devemos recuar das fronteiras imaginárias que separam as pessoas umas das outras e reexaminar as etiquetas, reconsiderar os limitados discursos disponíveis, resolver dividir nossos destinos como as culturas têm em geral feito, apesar dos credos e gritos belicosos.

Edward W. Said 2003:138

## 1. Introdução

O início do século XXI vem acentuando a nossa perplexidade diante da crença no ideal de um horizonte democrático de respeito aos direitos humanos, de progresso e de justiça social construído na modernidade. Os conflitos entre israelenses e palestinos, os atentados de 11 de setembro de 2001, a guerra recente contra o Iraque – capitaneada pela coalizão Estados Unidos - Inglaterra –, as guerras entre traficantes nas cidades da América Latina etc. apontam para uma espiral de violência que colabora para a construção de um panorama presente (e futuro), delineado em termos de catástrofes iminentes, tragicidade inerente e perigo constante, contexto denominado por muitos de “sociedade de risco” (Giddens, Beck e Lash 1997). Entretanto, esse cenário inquietante, ao mesmo tempo em que implode e desestabiliza certezas, confrontando-nos com a terrível perspectiva bélica e terrorista gerada pelos fatos atuais, nos instiga à árdua tarefa de criar inteligibilidade sobre eventos imediatamente vivenciados (Franco

Ferraz 2002). Intelectuais oriundos de vários campos do conhecimento e articulistas dos mais diferentes jornais, incitados pelo momento atual, vêm procurando interrogar teoricamente, ou não, a brutalidade de nossos tempos.

Mobilizados pelo apelo instigador de produzir algum significado sobre os acontecimentos emergentes no panorama global e motivados por um recente artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*<sup>1</sup>, pretendemos contribuir, com o presente trabalho, para a investigação do papel da mídia no contexto contemporâneo, focalizando os discursos que ela põe em circulação – na construção de um determinado *regime de verdade* (Foucault 1979), constituidor de *racismos da diferença* (termo tomado emprestado a Lins, 1997). Temos clareza, no entanto, que estamos selecionando apenas um fio de uma complexa urdidura sócio-discursiva, não com o intuito de *desvendá-la* ou *explicá-la*, mas de, ao nela nos embrenharmos, reconstruir alguns aspectos de sua intrigante tessitura e construir uma leitura possível. A visão privilegiada não esgota as múltiplas possibilidades de construção de sentido, mas, a nosso juízo, pode colaborar para o planejamento de futuros sociais mais justos, posto que se pauta por princípios éticos de respeito às diferenças.

Nosso interesse em examinar a linguagem da mídia se prende à relevância que nossas práticas discursivas ganham na vida contemporânea, em “um mundo no qual nada de importante se faz sem discurso” (Santos 2000:74). A rápida circulação dos discursos na atualidade devido a tecnologia tem um papel crucial na construção de significados do que é certo ou não, de quem somos, de nossas ações e até da legitimidade de uma guerra. Nossa linguagem em uso pode, portanto, ser entendida como um instrumento de estímulo à ação guerreira, uma vez que os significados por ela articulados podem conduzir ao enfrentamento bélico, justificá-lo e construí-lo como valor perante o Direito Internacional. Criar inteligibilidade sobre tais discursos, principalmente sobre aqueles que circulam na mídia, devido ao seu grande alcance, é uma contribuição que pesquisadores que atuam no campo da linguagem podem dar.

Cabe lembrar que o olhar que orienta nossa argumentação filia-se à teorização pós-colonial no sentido de que entendemos a necessidade de

---

<sup>1</sup> O artigo “É hora de reeducar o mundo islâmico”, em anexo, de autoria de Nelson Ascher, colunista do jornal *Folha de S. Paulo* em Paris, foi publicado em 29 de dezembro de 2002 (caderno A13).

repensar uma série de significados construídos sobre a diferença, que eram parte do mundo colonial, em sua voracidade de ocidentalizar ou levar a modernidade ao mundo não-europeu. Como aponta Venn (2000: 49), “o alvo principal da teoria pós-colonial [é] a forma de vida chamada ocidentalismo e o ser inscrito nela”. A mídia, em nosso entender, continua a levar a toda parte do globo tal modo ocidentalista de conceber a existência, a despeito de esforços de discursos pós-coloniais na construção de um outro olhar para a diferença, para a heterogeneidade, para a fragmentação e para a fluidez da vida social contemporânea (Moita Lopes 2002).

No percurso proposto, dividimos o trabalho em seis partes, convocando a presença de autores que nos auxiliaram 1) a situar historicamente o texto jornalístico em foco; 2) a mapear modos de conduta recorrentes na elaboração de sentidos que circulam na mídia; e 3) a problematizar um aspecto fundamental da trama a ser explorada: a maneira pela qual aprendemos a nos organizar para a diferença.

Nas partes 2 e 3, tendo em mente a argumentação de Jameson (1991) quanto à necessidade de se pensar historicamente o presente, tomamos o ângulo historicista de Foucault e de alguns de seus herdeiros para abordar a questão do poder na contemporaneidade. Trouxemos, também, para a discussão a problemática da construção do ocidente como sendo típica da modernidade, considerando seu papel na criação de identidades alteritárias. Essa questão é focalizada com base no momento pós-colonial em que vivemos.

Na parte 4, questionamos o papel da mídia na contemporaneidade e fazemos uso do arcabouço analítico da Análise do Discurso Crítica que aborda o texto midiático como prática discursiva, social e intertextual, articulando-o a uma rede de relações dentro das ordens do discurso. Julgamos que a ótica proposta nos possibilita problematizar o texto de Nelson Ascher, fazendo-o dialogar com a ordem do discurso da mídia contemporânea bem como com a ordem social pós-colonial.

Na parte 5, empreendemos a análise do texto, para a seguir, concluir o trabalho na seção 6.

Como analistas do discurso afinados com o pensamento pós-colonial, entendemos o nosso fazer como uma prática problematizadora (Pennycook 2001), que, operando em um constante movimento interrogador, estra-

nha sentidos cristalizados e afasta-se das construções sólidas e das certezas pantanosas do conhecimento. Procuramos, assim, percorrer a intrincada rede de relações e de múltiplos significados que constituem a nossa vida social. As perguntas orientam o nosso trajeto, fazendo parte do nosso modo de argumentação, pois são elas que colocam nosso pensamento em movimento. Entretanto, esse *modus operandi* não nos impede o gesto interpretativo valorativo. Apresentaremos perspectivas, avaliaremos e hierarquizaremos valores, sabendo que não podemos fazê-lo neutramente, desvinculados de nossas crenças. Entendemos que valorar é preciso na construção de um projeto ético coletivo.

## **2. Condições que constituem o presente: a historicidade de nossos discursos**

Frederic Jameson (1991) caracteriza a pós-modernidade<sup>2</sup> como um período de perda de historicidade e carência de memória, do qual se encontra ausente uma dimensão retrospectiva – aspecto indispensável, segundo o autor, para a construção do presente e do futuro. Mediante esse contexto, a tarefa do intelectual seria inventariar a experiência como pré-requisito para a construção de novos horizontes e possibilidades. Por essa razão, cumpre desde logo historicizar a questão que nos ocupa: o mapeamento de alguns discursos recorrentes na mídia. Na metodologia genealógica de Michel Foucault encontramos uma orientação pertinente para a nossa reflexão.

O pensamento do intelectual francês convida-nos a compreender o processo histórico de gestação dos vários discursos que nos constroem no presente. Sua análise das relações de poder e de seu caráter produtor de realidades, provocadora de debates e conflitos, interessa-nos particularmente. Adotando um viés historicista radical, Foucault entende que os discursos são produzidos em contextos históricos específicos ao mesmo tempo em que produzem fenômenos sociais. Assim, para entender o mundo social faz-se necessário explorar o território das atividades languageiras que o produz.

---

<sup>2</sup> Seguindo Venn (2000:1), entendemos que “a questão referente ao que vai vir depois da modernidade converge com a questão do pós-colonial” e que esse movimento resulta no que agora se chama teoria pós-colonial.

Entretanto, a maneira pela qual a nossa linguagem em ação afeta o panorama político-econômico-social-subjetivo é complexa e indireta, verificando-se fundamentalmente por meio

da criação de certos ideais, da valorização de modelos de pensamento, da propagação de certos repertórios de conduta, da difusão de metáforas que se incorporam ao senso comum, enfim, pela criação de novos jogos de linguagem, repertórios de sentido ou jogos de verdade que dão consistência ao imaginário de uma época, imaginário por meio do qual o mundo, a existência e a experiência pessoal ganham consistência e significação (Bezerra Jr. 2002:232)

Podemos nos interrogar, então: Quais significados produzidos em nossa cultura estão disponíveis para identificação, dando sustentação aos sentidos projetados para a atuação guerreira verificada na atualidade e no discurso midiático que ora investigamos? Que metáforas têm nos guiado na construção da alteridade, povoando o imaginário de nossa época? Foucault pode auxiliar-nos na formulação de uma resposta possível.

### 2.1. *Poder e Discurso*

Na parte de sua obra dedicada a “análise do poder”, o pensador, ao produzir uma teoria sobre as relações de força em uma sociedade, problematiza de forma não linear os modos de exercício do poder, suas tecnologias, sua extensão, sua mecânica de funcionamento e seus efeitos (Caliman 2002). A reflexão foucaultiana opera um deslocamento de uma noção repressiva e negativa de poder para uma abordagem produtiva do mesmo – um poder estimulador de discursos e práticas, entendido como uma “multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização” (Foucault [1988] 2001:88). Essas correlações, subjazendo a uma lógica relacional, criam o domínio onde atuam e são criadas por elas, configurando, assim, um sistema aberto que contempla tanto a sustentação quanto a transformação. Proposta configuradora de um Modelo Estratégico, essa abordagem enfatiza uma noção de poder como *governo*, entendido como prática social que produz saberes, orienta instituições, instiga pensamentos e pensadores e produz subjetividades. Nessa perspectiva, poder é ação sobre a ação humana, sobre sujeitos livres.

Dizer que o poder é uma ação de um indivíduo ou grupo sobre a ação de outro grupo ou indivíduo é assumir que a ação está presente nos dois lados da relação. Nas relações de poder assim pensadas o indivíduo é, sobretudo, um sujeito ativo (...) Presencia-se a elaboração de uma noção de poder em Foucault que enfatiza a invenção e a ação como elementos centrais de sua dinâmica (Caliman 2002:58).

O estabelecimento da imbricação entre poder, saber, conhecimento e ação (individual e coletiva) implica conceber o poder como um instrumento poderoso de governo na esfera política, institucional e individual, cujo exercício se dá em uma relação que é ao mesmo tempo de provocação permanente e embate.

Tal concepção produtiva de poder leva Foucault a cunhar o conceito de biopoder, argumentando que a vida em si tornou-se objeto de poder. O exercício do poder no mundo moderno é necessariamente o exercício de um biopoder, isto é, um poder cujos tentáculos abrangem a gestão da vida em geral (o *bios*), nos polos individual e coletivo. Em relação ao indivíduo, o poder se exerce por meio da vigilância, da prevenção e do tratamento de comportamentos desviantes, pervertidos ou potencialmente perigosos, procedimentos típicos da sociedade disciplinar (Foucault 1977[1975], 1979). Em relação à sociedade, o poder assume uma feição mais totalizante, cumprindo um papel político de gestão das populações e de maximização da vida do corpo social (programas de saúde, planejamento e instauração de práticas sanitaristas, políticas de natalidade, etc.). Dessa forma, o jogo duplo das tecnologias da disciplina, por um lado, e, por outro, das tecnologias de regulação da população constituem os dois eixos orientadores do desenvolvimento da organização do poder sobre a vida (Foucault 2000).

Em um outro momento de sua genealogia do poder, Foucault se debruça sobre a investigação das relações entre guerra e poder, sendo levado a refletir sobre a constituição no Ocidente de uma associação política inusitada entre a morte e a vida: a manutenção da morte como fenômeno possível e desejável no interior de uma política da vida. Para explicar o aparente paradoxo – o exercício da função da morte em um sistema político centrado em um biopoder – Foucault atrela a noção de racismo ao mecanismo fundamental de poder dos Estados Modernos. A lógica subjacente a esse movimento pode ser assim resumida: se *fazer viver* passa a ser a função principal do Estado, cabe a ele decidir o que deve viver e o que deve morrer. O racismo, que tem por função qualificar, hierarquizar e

discriminar os grupos humanos em bons/maus ou superiores/inferiores aparece como condição indispensável de aceitabilidade do exercício do direito de eliminação da vida (Foucault 2000). Esse tipo de reflexão (presente na primeira epígrafe que contextualiza este trabalho) nos leva à compreensão da construção, no séc. XIX., do vínculo entre racismo biológico, evolucionismo darwinista, direito de aniquilação do outro e biopoder. O racismo moderno, compreendido como técnica de poder, permite-nos entender movimentos de genocídio colonizador cuja ação inclui não só a destruição do adversário político como também a destruição da raça adversa e a regeneração e purificação da própria raça. Forja-se assim um discurso monista, patrimonialista e preservacionista garantindo o direito a uma raça “verdadeira” de eliminação de “sub-produtos”. O projeto nazista figura como epítome desse tipo de racismo evolucionista e assassino, e que, no nosso entender, não é muito diferente da lógica subjacente a outros projetos contemporâneos de construção da diferença. Boaventura de Souza Santos (2003), por exemplo, atualiza esse discurso ao refletir sobre a guerra recente no Iraque, em matéria publicada pela *Folha de São Paulo*<sup>3</sup>. De acordo com sua perspectiva, a pretensão de poder totalitário dos EUA e a crença de que não há alternativas a uma realidade instaurada fazem parte de uma lógica ultraconservadora que, tal como sua versão nazista (lógica da superioridade), tem agora sua versão neoliberal (lógica da eficiência insuperável do mercado).

Na sua versão genocida sacrificial, o neoliberalismo é uma mistura de radicalização do mercado, neoconservadorismo e fundamentalismo cristão. A sua pulsão de morte tem assumido várias formas, desde a idéia das “populações descartáveis”, para referir os cidadãos do Terceiro mundo inaptos a serem explorados como operários consumidores, até o conceito de “danos colaterais”, para designar a morte de milhares de civis em consequência da guerra. (Souza Santos 2003:13).

Tal lógica legitima a violência, o recurso à força armada e a destruição do outro em uma tentativa iluminista de salvá-la. Por essa ótica, a “globalização da guerra” pode contemplar o direito à eliminação da vida em nome da difusão dos valores democráticos do ocidente no mundo árabe e em países que façam parte do “Eixo do mal”.

---

<sup>3</sup> O artigo intitula-se “*Suicídio Coletivo?*”, tendo sido publicado pelo jornal *Folha de São Paulo*, na seção “Opinião”, em 28 de março de 2003, p. A13.

Em um momento subsequente de seu percurso genealógico, Foucault promove uma reelaboração do conceito de biopoder, substituindo a temática da guerra pelo princípio da conservação da espécie e do bem-estar da sociedade. O pensador descreve a gestação de uma filosofia de risco social que engendra um discurso de racionalidade do governo cujas preocupações centrais tornam-se o ideal de segurança, a prevenção / cálculo de riscos e a defesa da sociedade.

As noções de risco e segurança vêm ganhando vulto na contemporaneidade. Segundo Robert Castel (1991), estamos vivendo no Ocidente uma transição da noção de perigo para a noção de risco. Políticas sistemáticas e discursos sobre a necessidade de prevenção proliferam, incitados pelo desenvolvimento de modernas e grandiosas tecnologias. Operando numa lógica próxima à do filme *Minority Report*<sup>4</sup>, os novos sistemas preventivos prometem racionalizar o sonho de controle absoluto do acaso e do acidental, graças à capacidade de se antecipar ao risco. Esse arsenal preventivo configuraria uma era pós-disciplinar, na qual o biopoder se exerce através da fabricação de discursos imaginários sobre o perigo iminente – o terrorismo internacional, por exemplo – e da formulação de meios eficazes de capturá-lo antes de sua atuação. Discursos dessa natureza respaldam o chamado neoconservadorismo americano e sua doutrina de ações preventivas antecipadas contra Estados hostis e grupos terroristas. A política interna e externa de “segurança a qualquer preço” é calcada na idéia, generalizada na sociedade, da presença de um inimigo ou adversário desterritorializado que precisa ser combatido e punido, antes que entre em ação.

## 2.2. Herdeiros de Foucault

Alguns pensadores contemporâneos atualizaram o pensamento de Foucault, examinando a emergência de um novo poder na atualidade, ao mesmo tempo global e microscópico. Gilles Deleuze (1992), por exemplo, argumenta que estaríamos vivenciando a transição da sociedade discipli-

---

<sup>4</sup> *Minority Report*, de Steven Spielberg, coloca em discussão a associação entre a ideologia da sociedade de segurança e desenvolvimento tecnológico. Retratando um tempo futuro no qual a criminalidade foi eliminada, o filme mostra como as técnicas de controle sofisticadas, e supostamente infalíveis, detectam padrões de comportamento suspeitos e impedem qualquer tipo de delinquência ou ataque antes que eles aconteçam.

nar e suas técnicas de normalização para uma sociedade de controle, na qual mecanismos de comando cada vez mais “democráticos” entranham-se por todo o campo social (corpos e cérebros dos indivíduos), terminando por orquestrar uma nova forma de vida. As técnicas disciplinares de molde e de mando estruturadas dentro das instituições sociais (escola, família, prisão, universidades, etc.) cedem lugar a mecanismos de controle que, extrapolando as instituições, se estendem de forma profunda por corpos e cérebros da população bem como pela totalidade das relações sociais. O biopoder se exerce em tramas flexíveis e flutuantes (sistemas de comunicação, redes de informação, sistemas de monitoramento, etc.) cuja lógica não é mais a do molde, mas sim a da modulação, uma “moldagem auto-deformante” que muda continuamente e se auto-propaga, atualiza-se e se rearticula nos diferentes contextos.

Na mesma linha, Hardt e Negri (2000) desenvolvem a noção de “império”, conceito que exprime a nova forma de poder a atravessar os Estados-nação tradicionais, inclusive os Estados Unidos. Trata-se de uma espécie de lógica jurídico-discursiva que passa a regular as trocas econômicas e culturais em redes transfronteiriças, constituindo-se como governo do mundo. É uma espécie de nova soberania e supremacia desterritorializada, envolvendo “não apenas a dimensão econômica ou apenas a dimensão social da sociedade, mas também o próprio *bios* social” (Hardt e Negri 2000:44), e desfazendo qualquer imagem linear ou totalitária de poder. Segundo os autores, as concepções da sociedade de controle e do biopoder descrevem aspectos centrais do conceito de Império, responsáveis pela construção da própria vida social, na qual o econômico, o político e o cultural cada vez mais se sobrepõem e se completam.

Visto por esse ângulo, o biopoder recusa a distinção entre um dentro e um fora, um interior e um exterior, exercendo-se sem fronteiras e desconhecendo sua exterioridade. O aparelho geral de comando do império se apóia sobre uma tríplice estratégia de inclusão, diferenciação e gerenciamento. A primeira é integrativa e busca incorporar as diferenças; a segunda afirma as diferenças ao mesmo tempo em que as esvazia, situando-as no plano da cultura; finalmente, a terceira administra, organiza, gerencia, ordena e hierarquiza as diferenças “num efetivo aparelho de comando” (Hardt e Negri 2000:220).

A expansão progressiva de fronteiras acompanhada pelo processo de incorporação das diferenças, não significa um recrudescimento de posturas

racistas. Pelo contrário, segundo os autores, progride na sociedade contemporânea imperial uma forma de racismo pós-moderna revestida por outras formas e estratégias. O chamado racismo cultural, ou ainda racismo da diferença (Lins 1997), substitui a antiga base do determinismo biológico como fator diferenciador entre as raças para uma visão, aparentemente “anti-racista”, que insiste nas forças sociais e culturais como fatores diferenciadores entre as raças. Na teoria racista imperial o determinismo biológico é substituído por um determinismo cultural que utiliza a cultura para cumprir o papel que a biologia anteriormente desempenhou. A diferença de comportamento dos indivíduos deve-se ao fato de eles pertencerem a culturas historicamente determinadas. Tal contexto imporia limites rígidos para a flexibilidade e compatibilidade interculturais, fazendo com que diferenças entre culturas e tradições sejam, em última análise, insuperáveis.

Racismo diferencialista e segregacionista, embora travestido de uma retórica pluralista, ele concebe a existência de aspectos culturais fixos e essencialistas. Considera a diferença, e, a princípio, não teoriza a respeito da superioridade ou inferioridade dos diferentes grupos étnicos; mas os hierarquiza com base em circunstâncias sociais práticas e contingentes do desempenho de cada cultura no mundo social. “A supremacia e a subordinação raciais não são uma questão teórica, mas surgem de uma livre competição, uma espécie de mercado meritocrático da cultura” (Hardt e Negri 2000:213). Estratégia de inclusão diferenciada, o racismo imperial não exclui o outro, pois ninguém é excluído do domínio. Não existe lado de fora; atrai-se e até celebra-se a alteridade, subordinando-se as diferenças acidentais de acordo com os graus de desvio da cultura dominante. Sua lógica “repousa no jogo das diferenças e na administração de microconflitualidades dentro de seu domínio de contínua expansão” (Hardt e Negri 2000:215).

Julgamos que o breve histórico sobre o desenvolvimento, transformação e atualização da noção de poder em Foucault nos oferece algumas pistas para nos entendermos como herdeiros e frutos do biopoder, um poder produtor de discursos quanto à alteridade. Além disso, fornece-nos elementos para situar o texto midiático focalizado na seção 4 deste trabalho, apontando para os discursos aos quais ele se filia.

Faz-se necessário ainda discutir o movimento de bipolarização do mundo em oriente (i.e. mundo não-europeu) e ocidente, entendendo-o como uma construção indissociável das relações de poder, processo constituidor de identidades alteritárias.

### 3. A construção do ocidente: narrativas alteritárias imaginárias

Talvez a força mais eloqüente de expressão do que chamamos acima de racismo diferencialista e segregacionista seja o processo de ocidentalização do mundo, que tem início com a descoberta da América. Esse evento marca também, para muitos, o início da modernidade (Venn 2000) ou até mesmo o início da globalização, processo relacionado ao colonialismo e ao capitalismo. Levar a Europa para o mundo constitui o primeiro momento de criar a alteridade do outro para o europeu, o que é, ao mesmo tempo, o início da definição do que é europeu ou do que é o ocidente. É assim que Said (1978:13) indica como “o Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente) como sua imagem, idéia, personalidade e experiência de contraste”. Construir o outro na diferença foi (e é ainda) principalmente um modo de se construir a si próprio. Não é sem motivo que Venn (2000) intitula seu livro: *Ocidentalismo. Modernidade e Subjetividade*, deixando implícito a idéia de que ocidentalizar o mundo é um projeto da modernidade, que envolve a criação de novas subjetividades. O referido trabalho (Venn 2000: 17-19) mostra que a modernidade, diferentemente de qualquer outro período da história, afetou o mundo todo, por meio de narrativas seculares, constituindo uma conjunção do capitalismo, colonialismo e modernidade.

A modernidade é, então, equiparada à ocidentalização do mundo que se confunde com a expansão da Europa pelas colônias, fazendo com que essa se torne o ocidente. Nas palavras de Venn (2000:8), o ocidentalismo é “o tornar-se ocidente da Europa” ou “o tornar-se o moderno do mundo”. Desse modo, “a modernidade ocidentalizada gradualmente se estabelece como privilegiada, se não hegemônica, associada a uma ambição universalizante e totalizadora” (Venn 2000:19). Tal processo é caracterizado pelo colonialismo e pelo imperialismo que marcam o discurso hegemônico da modernidade e a violência altamente desumana, em todos os níveis, típica da conquista de novos mundos. Transação indissociável das práticas discursivas, engendra saberes, forja *verdades* sobre o outro e funciona ativamente na produção de subjetividades estigmatizadas.

Ao tomar contato com o novo mundo, o que se constrói então na modernidade são narrativas sobre o europeu e, concomitantemente, narrativas alteritárias imaginárias sobre o que não é europeu; ou sobre a deficiência, a inferioridade, a inutilidade e a demonização do não-europeu,

“caracterizando todo o processo colonizador como uma inevitável predisposição para a incomensurabilidade” (Louzada Fonseca 2002:144). Tal incomensurabilidade é um modo de decretar a fraqueza do outro e ao mesmo tempo a superioridade do europeu, do seu olhar e de suas identidades.

Assim, ao se decretar discursivamente a incapacidade do outro, o que estava em jogo era a conquista de suas terras e riquezas. É, nesse sentido, que, ao se referir ao orientalismo como um modo de ocidentalizar, Said (1978[1996]:15) chama atenção sobre a importância de se analisar o orientalismo como um discurso já que

pode ser discutido e analisado como a instituição organizada para negociar com o Oriente – negociar com ele, fazendo declarações a seu respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o: em resumo, o orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente (Said (1978[1996]:15)

O mesmo pode ser dito sobre outros discursos colonialistas, em que objetivos semelhantes de ocidentalização e de construção da alteridade podem ser detectados (por exemplo, como na Carta de Pero Vaz de Caminha<sup>5</sup>). Esse posicionamento frente ao não-europeu, que o coloca sempre em desigualdade, atravessa todo o discurso ocidentalista da modernidade e é prenhe de visões racistas sobre o outro.

Esses novos mundos são construídos, dessa forma, no discurso – através de histórias que controlam a vida social (Mumby 1997) e que fabricam contextos – podendo, portanto, ser analisadas discursivamente: “assim como o próprio Ocidente, o Oriente é uma idéia que tem uma história e uma tradição de pensamento, imagística e vocabulário que lhe deram realidade e presença no e para o Ocidente” (Said 1978 [1996]: 17).

No processo de ocidentalizar o mundo, esteve sempre presente a idéia de que a ocidentalização foi feita em benefício daquele a quem as benesses da Europa eram levadas. A religião, a ciência, os modos de viver o dia-a-dia etc. possibilitavam que esses povos colonizados se organizassem para se

---

<sup>5</sup> “Nela [nesta terra] até agora não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem nenhuma cousa de metal, nem de ferro; nem lho vimos” (Carta de Pero Vaz de Caminha, p. 82) e “Enquanto ali, este dia andaram, sempre ao som dum tamborim nosso dançaram e bailaram com os nossos, em maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus” (Carta de Pero Vaz de Caminha, p. 75).

aproximar dos ideais europeus de desenvolvimento mesmo em contextos em que os grupos nativos eram tão ou mais adiantados do que os europeus como no caso das nações indígenas do México, que tinham escrita, conhecimento científico, arquitetura e artes sofisticadas. A construção do ocidentalismo envolve o fato de que os europeus sabem o que é bom para os outros e têm que reeducá-los e mantê-los sob tutela, o que mostra claramente o vínculo entre discurso e poder.

Ao se referir ao domínio inglês do Egito no século XIX, Said (1978 [1996]: 46) deixa clara essa submissão: “há ocidentais e orientais. Os primeiros dominam; os segundos devem ser dominados, o que costuma querer dizer que suas terras devem ser ocupadas, seus assuntos internos rigidamente controlados, seu sangue e seu tesouro postos à disposição de uma ou outra potência ocidental”. Novamente, o que transparece é a construção de diferenças raciais de superioridade para os ocidentais, possibilitando e justificando a dominação do outro. Tal lógica ecoa a caracterização, já discutida anteriormente, do racismo moderno como técnica de poder (cf. item 2.1), na qual o investimento na diferenciação das raças faz parte do exercício da soberania.

De acordo com essas lentes, o outro era, simplesmente, *o outro* e sua construção identitária teria que necessariamente, por meio de um processo político-discursivo de ocidentalização, ser engessada em uma outridade inferior. Os discursos da ciência e, portanto, do poder/conhecimento, foram centrais nessa tarefa de construir conhecimento sobre os não-europeus ao estudar suas línguas, culturas e sociedades e ao estabelecer normas sobre sua alteridade; ou, ainda, ao construir narrativas alteritárias sobre a diferença e sobre sua inferioridade apoiadas na racionalidade científica. O outro é assim por que a ciência diz que é<sup>6</sup>.

Essa mesma construção da outridade é detectável no século XX quando os Estados Unidos se constituem como a maior potência mundial: fomos testemunhas da construção da inferioridade do chamado Terceiro Mundo e, portanto, da superioridade do ocidente (do qual os EUA fazem

---

<sup>6</sup> Aliás, como Venn (2000:5) indica, “a razão tem uma outra função, menos ilustre, mas igualmente central, na história do sucesso da modernidade. Desde os tempos de sua refiguração dentro da problemática cartesiana do sujeito, ela funcionava como um modo de consignar aos colonizados e às mulheres, aos pobres e não-brancos o status de seres inferiores, entregues às violências do poder opressivo e explorador”.

parte). Said (1978 [1996]: 56-59) analisa os discursos de Henry Kissinger (1974) sobre a dificuldade dos EUA lidarem com o Terceiro Mundo em oposição à relativa facilidade de se relacionarem com os países desenvolvidos do ocidente. Kissinger (1974) vai buscar na falta de engajamento com a ciência newtoniana no Terceiro Mundo sua explicação para a irracionalidade e, portanto, inferioridade de tais países: “as culturas que não passaram pelo primeiro impacto do pensamento newtoniano retiveram a visão essencialmente pré-newtoniana de que o mundo é quase completamente interno ao observador”. Isso faz com que “a realidade empírica [tenha] um significado muito diferente para vários dos novos países do que tem para o Ocidente, pois de um certo modo esses países nunca passaram pelo processo de a descobrir” (Kissinger 1974: 48-49 apud Said, 1978 [1996]: 57). É patente aqui a assunção do discurso do ocidente na fala de Kissinger em pleno século XX como também do discurso da ausência de racionalidade científica como forma de decretar a incapacidade alteritária de países subjugados.

Não são diferentes, nesse mesmo sentido, as afirmações de Elliot (1955: 143 apud Ianni, 1976: 34) no auge do imperialismo dos Estados Unidos sobre as populações da América Latina e sobre a incapacidade do povo para fazer escolhas racionais e moralmente válidas devido à sua origem: “grande parte da população da América Latina é totalmente, ou em parte, descendente de ancestrais biológica e culturalmente não europeus”. Neste viés explicativo, percebe-se a decretação da inferioridade do não-europeu e sua irracionalidade, claramente de fundamentação racista, na construção da diferença como parte de construção do ocidente. É notável, porém, que o ocidente passa a incluir, no século XX, os Estados Unidos e seus interesses imperialistas, ainda que a América Latina esteja no mesmo hemisfério. Isso mais uma vez vem mostrar que o ocidente e o oriente são construções que não obedecem necessariamente os limites geográficos, sendo, portanto, imaginárias. As divisões entre ocidente e oriente seguem ordenações do mundo de interesse político ainda que todo o processo do ocidentalizar se pautem pela construção de verdades científicas, as quais, como “discurso, contudo, não estão fora do político ou do ético” (Venn 2000: 5).

É por este motivo que o pensamento pós-colonial, ao qual este artigo está vinculado, faz a crítica da modernidade e do discurso colonial, questionando a objetividade científica, ao colocar o cientista como situado na sócio-história e em projetos políticos refletidos na construção do seu dis-

curso. Dessa forma, a teoria pós-colonial questiona as narrativas alteritárias construídas na modernidade com seus ideais de ocidentalizar, por entendê-las como projetos antiéticos de construção imaginária das identidades, uma vez que apresentam claros propósitos de conquistar o que não é entendido como ocidente. Ou, como aponta Said (1978 [1998]: 57), parafraseando Kissinger (1974), em relação aos propósitos dos Estados Unidos: “nós [os estadunidenses] ainda temos de encontrar um modo pelo qual o mundo em desenvolvimento [o que não é ocidente?] possa ser contido”. Não seria a guerra recente contra o Iraque, capitaneada pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha e tematizada indiretamente no artigo que analisaremos, um modo de conter o que não é ocidente ou aquilo que é a diferença e que escapa aos ocidentais?

A polarização cada vez maior na mídia, atualmente, entre os ocidentais e os orientais-árabes é um modo de estereotipar e racializar a diferença, reduzindo-a a dois grupos estanques por meio de discursos que os estigmatizam e criam um mundo bipolar: os certos, que agem ao lado da verdade científica, da racionalidade e do Deus correto (cristão), em oposição aos errados (os muçulmanos). Assim, o que está em jogo é a construção de uma ótica fundamentalista e essencializadora.

A próxima seção focaliza o papel da mídia na vida contemporânea que cria e distribui por meios eletrônicos, mundialmente, verdades sobre a alteridade que contribuem para a constituição de uma “nova” perspectiva ocidentalista sobre o mundo, tendo a sua disposição, como nunca antes, meios rápidos de criar e fazer circular globalmente o pensamento “único”. Indagamos, dando continuidade ao nosso gesto reflexivo sobre o presente: Como tais discursos se viabilizam na mídia e porquê? Que histórias são contadas na mídia sobre as forças situadas no exercício do poder e como tais histórias constroem a vida social contemporânea? A que interesses servem as histórias contadas na mídia em um mundo pós-colonial com potencial para engendrar novas subjetividades? É possível ainda encontrar discursos contemporâneos que se insiram na lógica da ocidentalização, fazendo uso de discursos da modernidade?

São essas questões que passamos agora a focalizar em um artigo opinativo, gênero do discurso muito freqüente na mídia.

#### 4. A mídia e a construção discursiva da diferença

Ao debruçar-se sobre o processo de construção do “outro-inimigo” oriental, Said (1981) também investiga o papel da mídia na construção de uma realidade política adversa. Segundo o autor, o mundo islâmico vem sendo foco, há algum tempo, de intenso interesse da mídia ocidental, cuja linguagem e abordagem têm se caracterizado por estereótipos exagerados e hostilidade beligerante. Imagens e discursos generalizantes retratam a cultura árabe e muçulmana de forma monolítica, igualando-a ao extremismo, ao terrorismo, à histeria religiosa e à ameaça a uma “ordem” ocidental. Tal postura incita a formação de grupos de especialistas sobre o Islã que produzem discursos extravagantes e pontificadores, contribuindo não só para o acirramento da polaridade oriente-ocidente como também para a postergação da possibilidade de qualquer diálogo intercultural. Tais idéias, dramatizadas e cristalizadas em programas de notícias, entrevistas e *talk shows*, instauram um regime dicotômico, sem matizes, perpetuando a associação automática do “Islã” ao fundamentalismo e a toda sorte de aspectos negativos como violência, primitivismo, atavismo e qualidades ameaçadoras.

Essa é uma visão simplista e estereotipada, a que estamos cada vez mais submetidos, que apaga as diferenças que nos constroem, com base em uma concepção homogeneizadora da vida humana e que tem servido, como vimos, a objetivos da ocidentalização ou da modernidade. A construção em preto e branco indica que “de um lado estão os ocidentais, do outro os orientais-árabes; os primeiros são (sem nenhuma ordem em especial) racionais, pacíficos, liberais, lógicos, capazes de ter valores reais, sem desconfiança natural; os últimos não são nada disso” (Said 1978 [1996]: 59). São discursos dessa ordem que operam no exercício do poder sobre o outro, construindo verdades que circulam na academia, nas escolas, nos centros de poder e, principalmente, na mídia internacional.

Said (1981) esclarece que não se trata de negar que fenômenos como censura, a relativa ausência de democracia, a existência de estados repressivos e autoritários – que praticam e encorajam terrorismo, tortura e mutilação genital – sejam cruéis e retrógrados e estejam presentes em alguns países islâmicos (como, por exemplo, na Arábia Saudita, Egito, Iraque, Sudão e Argélia). O problema é que o rótulo “Islã” utilizado para explicar e condenar indiscriminadamente o mundo islâmico é uma generalização

inaceitável que legitima uma lógica dualista negativa; além disso, torna-se uma forma de ataque, instigadora de um círculo vicioso de hostilidades entre muçulmanos e ocidentais. A etiqueta identitária “define uma proporção relativamente pequena do que realmente acontece no mundo islâmico que acolhe bilhões de pessoas e inclui dúzias de países, sociedades, tradições e línguas” (p. xvi), obscurecendo uma infinita multiplicidade de experiências.

Lingüistas que se debruçam sobre o discurso da mídia como Norman Fairclough (1995, 1998) e Teun A. van Dijk (1998) observam que os meios de comunicação de massa contemporâneos vêm se tornando mais autoconscientes a respeito da linguagem que utilizam, empregando-a, cada vez mais, de forma calculada e estratégica – o que leva ao incremento de intervenções planejadas “para modelar elementos lingüísticos e semióticos das práticas sociais de acordo com objetivos econômicos, organizacionais e políticos” (Chouliaraki e Fairclough, 1999:vii). Além disso, a retórica da mídia faz uso abusivo de generalizações, estereótipos e pressuposições naturalizadas, como as apontadas por Said (1981), referendando relações de poder entre diferentes grupos.

Esse é um dos aspectos que costuma levar alguns analistas do discurso, como os acima referidos, a identificar os textos midiáticos com um tipo de construção ideológica, na medida em que contribuem para a reprodução e cristalização de relações sociais de dominação, embora também possam operar, em princípio, para a transformação. Segundo os autores, o trabalho ideológico na direção da reprodução / cristalização é geralmente feito de forma implícita, encontrando-se embutido na linguagem compartilhada por repórteres, articulistas e sua audiência, cuja coerência discursiva apóia-se no senso comum e em assunções tomadas como verdadeiras. Entretanto, a noção de ideologia com a qual nos identificamos, considera que todo discurso é ideológico na medida em que sempre reflete crenças e visões de mundo, pois não há um lugar privilegiado, fora da atividade languageira, para a análise das práticas sociais e constituição de discursos a respeito delas. Assim, qualquer explicação, interpretação, teorização ou articulação nunca é objetiva, pois só pode ser realizada a partir de um território discursivo, malha de sentidos à qual nos encontramos, inextricavelmente, entrelaçados (Fabrício 2002). Se entendidos por esse ângulo, identidade e diferença são fabricações de nossa linguagem, tendo que ser nomeadas de acordo com um certo posicionamento discursivo.

Esse ato de designação não é neutro nem inocente, estando ligado a vetores de força que situam os diferentes grupos sociais assimetricamente. É por essa razão que identidade e diferença encontram-se em estreita conexão com relações de poder, pois os processos de diferenciação (pelo quais identidade e diferença são produzidos) apresentam marcas de inclusão/exclusão, de marcação de territórios entre “nós” e “eles”, classificação, hierarquização e normalização. Criamos padrões de correção, atribuímos valores e elegemos, arbitrariamente, identidades específicas como parâmetros de normalidade e positividade segundo os quais outras identidades são definidas como desviantes, negativas ou problemáticas (Moita Lopes 2002).

Os artigos de opinião, eventos comunicativos eminentemente avaliativos que expressam atitudes e juízos morais do escritor em relação a um determinado tópico, constituem um campo fértil para a análise do trabalho ideológico do discurso. Eles são comuns na imprensa escrita, especialmente quando temas polêmicos ganham evidência e vulto social, incitando um posicionamento. A abordagem desse gênero discursivo demanda uma reflexão crítica a respeito das práticas e contextos discursivos de sua produção, circulação e interpretação – postura analítica proposta por aqueles filiados à Análise do Discurso Crítica (ADC) (cf. Bell e Garret 1998). Tal postura se faz extremamente necessária na contemporaneidade e, sobretudo, no contexto em tela, se é verdade, como dissemos acima, que o discurso da mídia, devido à sua rápida circulação pelo globo no mundo da tecnologia, tem um papel preponderante na construção dos significados sob os quais atuamos.

Embora a ADC não focalize propriamente o processo de construção identitária, reconhecemos a sua relevância para uma compreensão mais ampla do mundo social devido a sua proposta de uma vinculação indissociável entre textos, sociedade e cultura, ligação que deve ser interrogada dialeticamente – já que os textos são construídos socioculturalmente ao mesmo tempo em que constituem a sociedade e a cultura (Fairclough 1995; 1998). Em razão dessa ótica, encorajamos-nos a utilizar as ferramentas analíticas da ADC para a compreensão da produção de identidade e diferença no discurso da mídia.

Fairclough (1995, 1998) entende a relação entre o discurso e o mundo sociocultural como sendo dinâmica e sempre movente, podendo ter um caráter transformador ou reprodutor das práticas sociais. Para entender os

movimentos de mudança ou de estabilidade no discurso da mídia, sobretudo na mídia escrita – nosso foco de interesse – o autor sugere uma análise do discurso de caráter multifuncional, envolvendo a alternância entre dois focos complementares: eventos comunicativos e ordem do discurso. Por um lado, o analista se preocupa com as particularidades de um evento comunicativo específico, por exemplo, um “artigo de opinião”, analisando-o em sua dupla dimensão de prática discursiva (processo de produção e de interpretação) e de prática social (ligando-o ao contexto sociocultural local e global). O foco é geralmente no aspecto intertextual dos processos de produção e interpretação de textos, que estabelecem um diálogo constante com uma rede de textos disponíveis culturalmente. Por outro lado, o analista também se preocupa com a estrutura geral do conjunto de redes e práticas e de convenções discursivas e interacionais associadas a determinados contextos (i.e., com a ordem do discurso), investigando os gêneros e discursos que constituem a ordem do discurso da mídia, caso do nosso exemplo.

Cabe lembrar que qualquer ordem do discurso pode ser caracterizada em termos de inclusão, articulação e exclusão (Fairclough 2000:172), o que suscita perguntas cruciais tais como quem pode fazer *o que, para quem, quando, como e onde*, que dão conta da situacionalidade do discurso como ação social. Por exemplo, a ordem do discurso da mídia é estruturada por um conjunto de diferentes práticas (coleta de informações, redação da notícia, editoração, entre outros) e discursos específicos (discurso político e discurso econômico, por exemplo) que estabelecem normas de produção e de “inter-ação” (relações criadas entre escritor, leitor e atores sociais que figuram no texto, por exemplo). Tais regras atribuem, portanto, aos indivíduos identidades e posicionamentos discursivos específicos.

Essa perspectiva dual (eventos comunicativos e ordem do discurso) permite a observação de processos simultâneos presentes em qualquer texto: 1) caracterização da experiência e recontextualização das práticas sociais de acordo com uma certa ótica; e 2) construção de relações sociais identitárias entre escritor e leitor (Fairclough 1995: 58). Permite ainda a investigação da configuração de gêneros e discursos, e as mudanças e relações estabelecidas não só dentro da ordem do discurso da mídia como também com ordens do discurso adjacentes. Julgamos que a essa perspectiva

podemos acrescentar o referencial analítico proposto por van Dijk (1998)<sup>7</sup> para análise dos eventos comunicativos “editorial” e “artigo opinativo”. Segundo o autor, opiniões nem sempre são construídas, em sua totalidade, de forma direta, através de títulos, imagens, escolhas lexicais e afirmações explicitamente avaliativas. Muito frequentemente, a postura valorativa do escritor é manifestada por uma série de outros recursos indiretos, como por exemplo, a forma geral de argumentação, o uso de determinadas estruturas sintáticas, a construção da estrutura semântica de coerência local e geral do texto, o recurso a pressuposições, a realização de certos atos de atribuição, a colocação em evidência ou apagamento de fatos específicos e o estabelecimento de elos causais, entre outros. É a relação complexa entre esses recursos nos níveis lexical, sintático, semântico e intersentencial que atua na construção de uma ótica ideológica para o texto.

É com base nesse universo conceitual e no ângulo historicista apresentado nas partes 2 e 3 que nos voltamos, a seguir, para a análise do texto do jornalista Nelson Ascher (em anexo) com vistas à observação de quais discursos sobre a diferença circulam neste exemplo retirado do contexto midiático quando se faz, cada vez mais, a crítica aos discursos da modernidade em um mundo pós-colonial. Duas questões orientaram o nosso olhar: como o artigo opinativo de autoria do referido jornalista contribui para a articulação da ordem do discurso da mídia? Como os recursos da ordem do discurso da mídia são utilizados interacionalmente na construção de um ponto de vista ocidentalista?

## 5. “É hora de reeducar o mundo islâmico”

Durante a guerra recente contra o Iraque, e mesmo antes de seu início, jornais do mundo inteiro deram espaço a uma profusão de artigos opinativos acerca da ofensiva bélica. Num movimento que envolve necessariamente a manifestação de toda sorte de julgamentos, feitos de forma explícita ou indireta, um batalhão de intelectuais, políticos e jornalistas fizeram soar suas vozes nos meios de comunicação de massa. Entre eles, Nelson Ascher. Um de seus textos (foram vários) nos chamou a atenção,

---

<sup>7</sup> Cabe lembrar, no entanto, que o trabalho de van Dijk apresenta uma proposta sociocognitivista que não utilizamos, uma vez que privilegiamos um olhar socioconstrucionista e historicista para as questões levantadas.

pela sua curiosa forma argumentativa em prol da reeducação do Islã. A relevância para a contemporaneidade da questão tematizada no texto e o modo veemente como o escritor se posiciona justificam nosso interesse em analisá-lo.

O estudo, assim, com base nas ferramentas de Fairclough (1995) e van Dijk (1998), já discutidas acima, pretende localizar as estratégias discursivas que são recorrentes no texto e que possibilitam a leitura que aqui apresentamos. Iniciamos nossas observações abordando o posicionamento do escritor, i.e., como ele se localiza na interação que quer encetar com os leitores de sua matéria, ao longo do processo de (re)construção de uma determinada versão da prática social em tela, “o mundo islâmico e a guerra”.

Focalizando a prática discursiva pelo lado da produção do texto, é preciso situar o escritor que se enuncia por seu nome, Nelson Ascher, e como colunista da *Folha de S. Paulo* em Paris, ou seja, um autor localizado em um espaço distante daquele onde o jornal é publicado e que, em princípio, será lido no Brasil. O escritor estava, portanto, dentro do espaço sociocultural onde o provável ataque contra o Iraque era cotidianamente discutido na mídia, uma vez que a França foi um dos países mais contenciosos em relação à necessidade ou não da guerra (o texto foi publicado em 29 de dezembro de 2002 quando a ameaça de guerra era iminente).

O articulista se situa, portanto, em um posicionamento privilegiado dentro do cenário em que está localizado, Paris, tendo o olhar pelo lado de dentro da questão, i.e., um olhar êmico, como participante do cenário onde a ação se desenrolava, e em nenhum momento se reporta a como essa guerra ou a situação política e econômica do mundo poderia afetar o Brasil, onde estão seus leitores. Já aqui se pode anunciar o posicionamento ocidentalista diante do próprio país de sua audiência, o que lhe confere um papel de possuidor de maior familiaridade e autoridade sobre o assunto problematizado do que seus leitores. Desse modo, pode-se dizer que estabelece com os interlocutores a quem se dirige uma relação distante e assimétrica.

Cabe ressaltar que era um momento em que se configurava uma grande ameaça de invasão do Iraque por parte da coalizão coordenada pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha, contra a qual grande parte dos países que têm assento na Organização das Nações Unidas se posicionou. A Alemanha e a França, por exemplo, gerenciavam os interesses contrários à guer-

ra. Tal situação mostra que o evento comunicativo em foco se desenrolava em um momento de grande tensão internacional no qual se discutia a ameaça que tal guerra representava para a economia do mundo todo como também para a sobrevivência da humanidade, tendo em vista o tipo de armas que poderiam ser supostamente usadas (armas químicas, armas de destruição em massa etc.). O que estava em jogo era, na verdade, como os blocos poderosos, EUA e Mercado Comum Europeu (especificamente, Grã-Bretanha, Alemanha e França) se colocavam diante da nova ordem do Império (Hardt e Negri 2000), da qual participam avidamente. É por tal razão que somos levados a interpretar o texto de Nelson Ascher como expressão de uma postura avaliativa frente ao dilema: “A guerra contra o Iraque é a solução para o terrorismo internacional que o episódio de 11 de setembro de 2001 sintetiza?”. É nosso juízo que a guerra é abordada pelo jornalista como solução para os problemas globais contemporâneos, reificando o discurso imaginário sobre o perigo iminente que vivemos diante da *ameaça* representada pelo mundo islâmico. Entretanto, tal movimento não se manifesta de forma explícita e é a análise da dimensão textual, desenvolvida a seguir, que nos permite sustentar essa percepção.

A abertura do artigo, a partir de seu título – “É preciso reeducar o mundo islâmico” – já sugere uma oposição entre dois mundos: o mundo islâmico e um outro. O título, como a unidade proposicional mais importante na organização semântica do texto, anuncia a posição de superioridade de alguém (o autor) que sabe o que é melhor para o outro. Situa, assim, a premência da ação de ensinar os seguidores do Islã, os quais em tal posicionamento são já apresentados como fora de uma ordem preferida pelo autor, a qual precisa ser mudada. A utilização do item lexical “reeducar” aponta para essa direção. Ela também ecoa o discurso americano de que é preciso reformar o mundo árabe para alinhá-lo aos valores ocidentais, idéia presente nas palavras da assessora de Segurança Nacional de George W. Bush, Condoleezza Rice para justificar o plano americano de intervir no sistema iraquiano de Educação depois de sua ocupação: “grandes potências podem influenciar milhões de vidas e mudar a história. E os valores de grandes potências importam” (cf. Folha de São Paulo, 13 de abril de 2003, p. A30)

É assim que entendemos que o colunista começa a utilizar o discurso como arma de guerra. Isso é feito por meio da construção da identidade alteritária (os mulçumanos) com base em uma ótica ocidentalista. Para

lembrar as palavras de Fairclough (cf. seção 4), o autor caracteriza ou recontextualiza a prática social tematizada dentro de uma ótica ocidentalista, construindo uma posição de outridade *mal-educada* e *atrasada* para os muçulmanos de modo a justificar a guerra, reificando imagens do mundo islâmico já incorporadas ao senso comum de irracionalidade, ignorância e fanatismo.

Observemos, a seguir, o primeiro parágrafo:

01 *O ano de 2002 foi um ano de terrorismo intensivo e violência mundo afora:*  
 02 *cerca de 200 turistas mortos na explosão de uma discoteca em Bali e outras tantas*  
 03 *vítimas, majoritariamente cristãs, linchadas na Nigéria; ataques no Paquistão a um*  
 04 *consulado americano, a engenheiros navais franceses, a organizações e templos*  
 05 *cristãos; alvos cristãos atacados nas Filipinas e uma sinagoga bombardeada na*  
 06 *Tunísia, vitimando turistas alemães; a destruição de um hotel e o lançamento de*  
 07 *mísseis terra-ar portáteis contra um jato comercial israelense no Quênia; vários*  
 08 *atentados contra a Índia; a tomada de reféns num teatro em Moscou por rebeldes*  
 09 *tchetchenos; o ataque a um petroleiro francês perto da costa do Iêmen. O maior*  
 10 *número de atentados, porém, ocorreu contra a população civil de Israel e, embora*  
 11 *90% deles tenham sido evitados, os bem-sucedidos resultaram em centenas de*  
 12 *mortos e milhares de feridos e mutilados.*

O trecho acima é construído para explicitar quem são as “vítimas majoritariamente cristãs” (linha 03) de uma série de atentados perpetrados em várias partes do mundo e de outros contra a população civil de Israel. Percebe-se, contudo, que há uma generalização em relação ao que é descrito como cristão (uma categorização de natureza religiosa) para dar conta de populações civis de países, majoritariamente, ocidentais (“um consulado americano, linha 04; “engenheiros navais franceses”, linha 04; “turistas alemães, linha 06; “reféns de um teatro em Moscou”, linha 08; “petroleiro francês”, linha 09). Qual o objetivo de caracterizar cidadãos de países específicos como um grupo religioso? O que levaria o autor a incluir todos esses grupos como cristãos ou como pertencentes ao mundo judaico-cristão? Além disso, outras escolhas lexicais situam os atores sociais, majoritariamente cristãos, no campo semântico da vitimização: “linchadas”, “bombardeadas”, “vitimadas”, “ataque”, “atentado”, “tomada de reféns”, “feridos” e “mutilados”, entre outros. Tal sistema de nomeação automaticamente sugere a existência de algozes e perpetradores. Quem são eles? A resposta surge quando prosseguimos a leitura:

13 *Há várias coisas em comum entre essas ações: elas foram todas perpetradas*  
14 *por muçulmanos e quase sempre movidas pelo fanatismo religioso; além disso, a*  
15 *maioria se dirigiu contra “alvos moles”, ou seja, civis indefesos, e nenhum ataque*  
16 *de envergadura ocorreu nos EUA ou na Europa Ocidental. Tal ausência resultou*  
17 *não da falta de tentativas, mas de boa prevenção. Seja como for, é difícil escapar à*  
18 *constatação de que, desde 11 de setembro de 2001, vigora um estado de guerra no*  
19 *planeta. A principal objeção daqueles que relutam em lançar mão de expressões*  
20 *bélicas consiste em procurar equacionar o fenômeno em termos de criminalidade:*  
21 *tratar-se-ia antes de um caso de polícia que de exércitos.*

Aqui nos deparamos, com a enunciação dos vitimizadores dos cristãos: “essas ações ... foram todas perpetradas por muçulmanos” (linhas 13-14). Eis, então, o motivo pelo qual é “preciso reeducar o mundo islâmico” e também a razão da inclusão de tantos grupos nacionais diferentes como sendo cristãos. Trata-se da construção de uma guerra religiosa (nos próximos parágrafos, esclarecida como cultural, como logo se verá) em que o mundo judaico-cristão está sendo massacrado pelos muçulmanos. O que é surpreendente, antes de mais nada, é que o autor arrola, como cristãos, países ocidentais onde coexistem um grande questionamento sobre crenças religiosas ao lado da proliferação de seitas/grupos religiosos, nem sempre cristãos. O mesmo processo de inclusão é identificado na utilização do item lexical “mulçumanos”. Quem são os muçulmanos? A que serve essa estratégia de generalização que opõe cristãos ou o mundo judaico-cristão ao mundo muçulmano? Já se esboça aqui a argumentação de que a guerra contra o Iraque poderá dar um fim ao terrorismo internacional.

Nos dois primeiros parágrafos, portanto, o autor constitui a polarização central sob a qual seus argumentos vão estar vinculados: mulçumanos (“eles”) e o mundo judaico-cristão, “nós” – grupo no qual o escritor se inclui. Essa visão bipolar dos acontecimentos, como vimos, é sempre simplista e limitadora de horizontes. Eventos diversos são apresentados como sendo a mesma coisa. O apagamento de matizes que é seguido da articulação de uma explicação causal para os conflitos mencionados, o “fanatismo religioso” (linha 014), são apenas algumas das armadilhas reducionistas causadas pela construção de oposições binárias simplificadoras.

Um segundo aspecto sinalizador do ponto de vista do jornalista na abertura do artigo é que os fatos colhidos de várias fontes midiáticas são utilizados como ilustração do “terrorismo intensivo e da violência mundo afora” (linha 01) e agrupados segundo um critério comum: foram realiza-

das por “fanáticos religiosos” contra “civis indefesos” e “alvos-moles” (linhas 15); são, portanto, covardes. A bipolarização, ressignificada aqui em termos de os maus contra os bons – que fazem reverberar as palavras do presidente americano para justificar a guerra, “*Esta é uma luta do Bem contra o Mal*”, amplamente divulgada na mídia internacional – representa uma outra armadilha. Temos clareza de que a construção de uma perspectiva é sempre um processo inevitável de seleção. Entretanto, nos chama a atenção o movimento de tornar relevante certos fatos ao mesmo tempo em que se dá o apagamento da história recente. Circunstâncias tais como os conflitos entre israelenses e palestinos, causando mortes de ambos os lados, a ocupação militar da Palestina por Israel desde a Guerra dos Seis Dias e o longo período de apoio financeiro americano (incluindo armamentos pesados) dado a líderes do mundo islâmico (Saddam Husein e Osama bin Laden) e à guerra Iran-Iraque são varridas do nosso campo de visão.

Causa espécie, também, a afirmação de que desde “11 de setembro de 2001 vigora um estado de guerra no planeta” (linhas 18-19). E a guerra Iran-Iraque, a guerra do Golfo, as guerras patrocinadas pelo narcotráfico na América Latina, a atuação de milícias americanas, os conflitos em vários países africanos e os choques permanentes entre israelenses e palestinos, para citar somente os mais recentes? Não configuram igualmente um panorama bélico? A não-menção a essas questões é um exemplo da carência de memória da contemporaneidade, à qual Jameson (1991) se refere, que incorre num apagamento sistemático da História. Isso indica, também, o pertencimento do autor ao ocidente (EUA ou Europa Ocidental), mundo construído no texto como superior, já que nenhum ataque de envergadura nele ocorre devido à “boa prevenção” (linha 17) levada a efeito por EUA e Europa. Tal afirmação, além de delinear a inferioridade do “outro”, o constrói como perigo iminente e sem fronteira, pronto a assolar todo o globo, encontrando-se em perfeita sintonia com a filosofia do risco e com a doutrina de ação preventiva (cf. seções 1 e 2), lema do neoconservadorismo americano (cf. seção 2). Os processos discursivos principais aqui, recorrentes também ao longo do texto, giram em torno da inclusão e da exclusão na articulação de uma lógica ocidentalista e da construção da diferença como desumana, inferior e bélica.

Observemos como no terceiro e quarto parágrafos o autor começa a avaliar os fatos elencados na construção do “nós” e do “eles” que explicam então o tipo de guerra com a qual estamos nos deparando:

22 *O equívoco desse raciocínio reside em julgar que só o conflito entre nações*  
23 *pode ser qualificado de guerra, mas é um fato que conflagrações desse tipo são*  
24 *relativamente recentes, enquanto, através da história, o grosso das guerras foi*  
25 *travado por tribos, etnias, seitas, castas, grupos sociais etc.*

26 *De certa forma, após a exceção de alguns séculos, voltou-se à regra*  
27 *geral.*

28 *Mas que guerra é essa? Será o “choque de civilizações” de que o*  
29 *professor Samuel Huntington, de Harvard, falou em seu célebre ensaio publicado*  
30 *em 1993 na revista “Foreign Affairs” e desenvolvido posteriormente em livro? Sim*  
31 *e não. Embora haja fatores econômicos envolvidos no drama contemporâneo, não*  
32 *são eles nem as disputas territoriais e outras querelas tradicionais as suas causas*  
33 *profundas. Pelo contrário, são as diferenças culturais, de civilização e visão de*  
34 *mundo que estão na raiz até mesmo dos problemas econômicos envolvidos. A idéia*  
35 *geral de Huntington e sobretudo sua polêmica frase-chave, segundo a qual “o islã*  
36 *tem fronteiras sangrentas”, provaram-se nada menos que proféticas.*

Ao contrário de guerras mais recentes entre nações, estamos, pela ótica do autor, diante de uma guerra à moda antiga (“travada por tribos, etnias, seitas, castas, grupos sociais etc.”, linha 25), ou seja, uma guerra entre valores culturais diferentes (“choque de civilizações, linha 27); “diferenças culturais de civilização e visão de mundo”, linhas 33-34). Trata-se, portanto, de uma guerra entre os valores culturais “corretos” e aqueles “incorretos”, configurando o que chamamos acima de racismo cultural (cf. seção 2), no qual as diferenças culturais são intransponíveis. Há no quarto parágrafo, contudo, a menção a uma motivação tradicional para a guerra (“valores econômicos”, linha 31), que é introduzida em uma proposição de valor concessivo (“Embora haja fatores econômicos envolvidos no drama contemporâneo”), mas que, como tal não é apresentada como a motivação para a guerra. O autor escolhe não explicitar os interesses econômicos amplamente divulgados na imprensa então, como por exemplo, o interesse pelo petróleo do Iraque da parte dos países que estavam declarando a guerra, entre outros. Mais uma vez, deparamos-nos com uma estratégia discursiva de exclusão que apaga a complexidade dos múltiplos fatores envolvidos na questão.

Respaldando a construção de um viés explicativo acerca da motivação bélica, o autor lança mão de um intertexto proveniente do discurso acadêmico, o qual, como tal, é portador de valor diferenciado e privilegiado no mercado dos discursos. O articulista se utiliza da explicação da guerra como

“choque de civilizações” dada pelo professor de Havard, Samuel Huntington “em seu célebre ensaio” (linha 29) em suas “proféticas” (linha 36) palavras: “o islã tem fronteiras sangrentas” (linhas 35-36). A menção de um professor de Harvard, considerado um centro de excelência no ocidente, e a escolha da predicação de seu texto (“célebre”) conferem credibilidade a avaliação em construção. No entanto, o autor não acompanha Huntington em todo o seu argumento, como podemos observar a seguir:

37 *O que deixa a desejar, entretanto, é o modo como ele define os atores do*  
38 *entrechoque, a saber, de acordo com a religião que prepondera ou preponderou em*  
39 *tal ou qual lugar, algo que, para o autor, determina o caráter de uma civilização.*  
40 *Acontece que, se a religião professada pelos agressores é importante, assim como o*  
41 *é, para estes, a de suas vítimas, estas, por seu turno, não têm reagido como*  
42 *membros de civilizações religiosamente circunscritas. A motivação confessional*  
43 *existe de um lado apenas, e o que se vê entre os agredidos é uma imensa dificuldade*  
44 *de acreditar que seja essa a motivação dos atacantes. Daí a busca inútil de causas*  
45 *de todo tipo, exceto as religiosas.*

Para o professor de Havard o choque das religiões é que motivaria as guerras, o que para o autor não se aplicaria aos ocidentais, já que “a motivação confessional só existe de um lado apenas” (linhas 42-43), do lado dos muçulmanos.

É a partir desse ponto que o jornalista, no nosso entender, vai deixando cada vez mais claro do lado de quem se alinha e de que forma utiliza o discurso como arma de guerra:

46 *Quantos americanos ou europeus, afinal, reconhecem-se na expressão*  
47 *“cruzadistas” que os militantes islâmicos lhes reservam? E, salvo no caso dos*  
48 *hindus do Estado indiano de Gujarat, que retaliaram contra uma atrocidade*  
49 *muçulmana anterior, e pouquíssimos eventos inócuos e marginais, não houve*  
50 *atentados ou ataques antiislâmicos em parte alguma, nem nos Estados Unidos nem*  
51 *no resto do Ocidente, nem mesmo em Israel: nada de muçulmanos trucidados ou*  
52 *bombas nas mesquitas. Os únicos atos de terror antimuçulmano foram perpetrados*  
53 *por seus próprios correligionários, em países islâmicos como a Argélia. Talvez*  
54 *seja, portanto, mais adequado entender a situação como o confronto entre duas*  
55 *visões de mundo: de um lado, uma pré-moderna, religiosamente enraizada; de*  
56 *outro, uma que é pós-iluminista e, no que diz respeito à política, pós-religiosa.*

Na perspectiva de Nelson Ascher, os americanos e europeus não se vêem como “cruzadistas” (linhas 46-47). Isso leva então ao confronto de “duas visões de mundo: de um lado, uma pré-moderna, religiosamente enraizada; de outro, uma que é pós-iluminista e, no que diz respeito à política, pós-religiosa” (linhas 55-56). O mundo judaico-cristão é parte do segundo estágio, mais avançado e desenvolvido, cabendo, portanto, a ele, implementar a “missão” didática. Assim, uma lógica ocidentalista com tons Iluministas é empregada para dar suporte à necessidade de reeducar o Islã, reverberando uma noção pedagógica fincada na Modernidade, cujo objetivo consiste em formar cidadãos para ingressar na moderna democracia representativa. Ao recorrer a esse tipo de discurso, o escritor não só estigmatiza o mundo islâmico como também justifica a necessidade de reeducação e modernização à luz de um projeto iluminista de levar os valores de *humanidade*, de *progresso*, de *racionalidade científica* e de *democracia* ao mundo.

Surpreende, portanto, que o jornalista se veja operando em uma ótica pós-iluminista que, na verdade, não corresponde aos discursos que faz valer em seu texto. Ao contrário do que diz, o autor está partindo de pressupostos expansionistas e agindo, discursivamente, dentro de uma ótica difusiva e, portanto, modernista, que se pauta na existência de uma verdade única que apaga os meandros discursivo-culturais nos quais os “regimes de verdades” (Foucault 1979) são construídos. Além disso, o posicionamento racista aqui implicado pode ser relacionado às técnicas de poder dos Estados Modernos problematizadas por Foucault (cf. seção 2) que justificam a lógica “fazer morrer para fazer viver melhor”. Não estamos afirmando, que o articulista se dê conta dos desdobramentos de seu discurso, mas estamos assinalando que o projeto de reeducar pode dar respaldo, como deu, à intervenção militar, com perdas humanas, como meio de tornar *mais educada* a ordem mundial.

Que lógica pós-iluminista é essa que não reconhece a diversidade dos discursos e de seus interesses? Há aqui o reverberar claro do pensamento de Said (1978 [1998]) e de seus argumentos, já discutidos, sobre a construção do orientalismo e da outridade, que balizou a modernidade ou a construção do significado do que é o Ocidente com seus interesses de conquista e de ocidentalização do mundo.

O texto tem continuidade calcando-se, recorrentemente, na lógica do “nós” e do “eles” e da construção de alteridades fixadas em uma perspectiva ocidentalista:

57 *Se bem que nenhum dos ataques acima tenha se aproximado da*  
58 *gravidade do megaatentado inaugural, é este que lhes dá sentido, garantindo que*  
59 *sejam tomados, não como ocorrências isoladas, mas sim como ações de uma*  
60 *mesma conflagração cuja origem se encontra na crise generalizada do mundo*  
61 *islâmico e, de modo muito mais agudo, no seu núcleo, os países árabes. É nessas*  
62 *nações mal-formadas, pessimamente administradas, em franca regressão*  
63 *socioeconômica e nas quais o insucesso de um nacionalismo equivocado abriu as*  
64 *comportas do fundamentalismo religioso, que elites autoritárias e corruptas*  
65 *associaram-se primeiro a uma intelectualidade oportunista e, agora, a um clero*  
66 *sequioso de poder e sangue para, inventando uma sequência paranóica de inimigos*  
67 *externos, dirigir contra estes a ira de suas populações frustradas.*

Observamos aqui a mesma visão congelada do mundo islâmico, como sendo um mundo irracional e povoado por “nações mal-formadas”, em franca decadência econômica, “pessimamente administradas” e possuídas de um “nacionalismo equivocado” (linhas 62-63). O “fundamentalismo religioso” (linha 64), que “inventa uma sequência paranóica de inimigos externos” (linha 66), seria um traço definidor de todo o mundo muçulmano. A reificação de estereótipos e a insistência no viés dicotômico, forjando inevitavelmente uma visão excessivamente unificada e homogênea de grupos humanos, é continuamente repetida. Constatamos, assim, como certas percepções e conceitos ganham estabilidade no mundo social.

Nos parágrafos que se seguem, a descrição do mundo mulçumano é refinada:

68 *Como o islã não passou por nada semelhante à reforma do cristianismo*  
69 *ou à secularização do Ocidente e como o século 20 poupou os árabes da*  
70 *devastação da guerra total, seus porta-vozes recorrem a uma retórica bélica que,*  
71 *entre povos mais experientes, causa antes pasmo que horror.*  
72 *Que o governo dos EUA, respaldado pela opinião pública local, veja o*  
73 *11 de setembro e a Al Qaeda como manifestações da crise atual das nações*  
74 *muçulmanas e da disfuncionalidade das sociedades árabes praticamente assegura*  
75 *que, com ou sem guerra, o Iraque será ocupado pelos americanos.*  
76 *Segundo a análise destes, não são somente as atrocidades de Bin Laden*  
77 *que se parecem com Pearl Harbor, mas é o mundo árabe mesmo que se assemelha*  
78 *ao Japão militarista. Em ambos os casos, grupos extremistas, xenófobos e*  
79 *agressivamente expansionistas conseguiram impor sua agenda ao resto da*  
80 *população, cativando inclusive sua simpatia e entusiasmo, para ao fim e ao cabo*  
81 *conduzir todos ao desastre completo. O Japão teve de ser derrotado, ocupado e,*  
82 *por assim dizer, reeducado antes de retornar à comunidade das nações. Ao que*  
83 *tudo indica, não é nada menos o que se prepara para o Iraque.*

O Islã continua a ser caracterizado como exemplar do fundamentalismo religioso, ao utilizar “uma retórica bélica que, entre povos mais experientes causa pasmo antes que horror” (linha 71), e “se assemelha ao Japão militarista” (linha 78). Tal descrição é construída para justificar a invasão do Iraque pelo governo EUA e surpreende por ignorar uma série de discursos que circulavam na mídia sobre o mesmo fundamentalismo cívico-religioso norte americano, como, por exemplo, o aforismo do “*Deus está conosco*” – repetida à exaustão pelo presidente Bush –, as operações militares batizadas de “choque e pavor”, o otimismo messiânico dos neoconservadores americanos frente à democracia militarizada e a sua exaltação quase religiosa aos valores estadunidenses, o grande movimento xenófobo, mobilizando grande parte de cidadãos, desenvolvido nos Estados Unidos, entre outros. A que propósitos se dirige esse discurso que apaga posições fundamentalistas do lado ocidental? É a construção de um mundo pós-religioso, já aludida acima no texto (linha 56), que pode ser entendido como parte da ocidentalização na contemporaneidade. O autor ilustra, com o exemplo histórico da reeducação do Japão no pós-guerra – um caso típico de ocidentalização –, como esse país reeducado pôde “retornar à comunidade das nações” (linha 82). E é isso “ao que tudo indica ... [o] que se prepara para o Iraque” (linha 83). Alinha-se, assim, o articulista com a retórica neoconservadora americana explicitada nas palavras do inspirador de sua política externa, Robert Kagan; ao explicar, já em pleno desenvolvimento da guerra, o ataque ao Iraque, ele diz “Os EUA são uma superpotência benévola” (cf. *Folha de São Paulo*, 23 de março de 2003, p. A24). O comentário diz respeito à missão americana de “aperfeiçoar” o mundo com seus valores democráticos, caucionando a lógica apontada por Jürgen Habermas (2003) em um artigo também publicado pela Folha de São Paulo: “Guerras que melhoram o mundo não precisariam de nenhuma *outra* justificação” para acontecer.<sup>8</sup>

No parágrafo seguinte, o autor narra a história do Iraque, utilizando mais uma vez o apagamento da História (estratégia de exclusão), põe em evidência apenas os fatos relevantes para a sua ótica ocidentalista. Observemos a série de sentenças declarativas, sem modalização, que franqueiam autoridade e conhecimento de causa ao jornalista:

---

<sup>8</sup> O artigo “A guerra e seus juízos contraditórios” foi publicado no jornal *Folha de São Paulo* em 27 de abril de 2003, p. A30.

84 *O país de Saddam Hussein é um microcosmo dos problemas da região.*  
85 *Os ingleses criaram o Iraque depois da Primeira Guerra reunindo três Províncias*  
86 *do então recém-dissolvido império otomano. A maior parte de sua população*  
87 *compunha-se de árabes xiitas do sul e de curdos do norte. A Província central era*  
88 *habitada por árabes sunitas, judeus, cristãos (assírios, caldeus e armênios) etc. O*  
89 *poder foi dado à minoria árabe sunita e, o trono dessa nova monarquia, à família*  
90 *Hasbenita (a mesma do monarca jordaniano), que na época perdera o controle*  
91 *hereditário das cidades santas de Meca e Medina para a casa de Saud, que fundou*  
92 *a Arábia Saudita. Depois de duas limpezas étnicas, a dos cristãos (1933) e a dos*  
93 *judeus (virada dos anos 1940/50, precedida por um grande pogrom, chamado*  
94 *“Farhud”, em 1941) e a repressão constante de curdos e xiitas, os Hasbemitas*  
95 *foram depostos e massacrados em 1958. O que veio em seguida foram golpes*  
96 *militares, a dilapidação da riqueza petrolífera em armamentos, guerras desastrosas*  
97 *(contra o Irã, a invasão do Kuwait), o massacre de dezenas de milhares de curdos*  
98 *nos anos 80 e de xiitas na década seguinte. Saddam pertence à minoria árabe*  
99 *sunita que, representando menos de um quinto dos iraquianos, continua*  
100 *monopolizando o poder.*

Nelson Ascher posiciona os ingleses como criadores do Iraque depois da Primeira Guerra Mundial, sem relatar, contudo, os motivos político-econômicos que motivaram tal missão. Mais uma vez, são os ocidentais que levam as benesses aos muçulmanos ao criarem um estado; podem, portanto, também invadi-lo, reconquistá-lo e recriá-lo, se assim o quiserem, pela reeducação. Se é a definição da outridade que me fez ocidental, como diz Said (1978 [1996]), essa lógica se justifica mais uma vez no mundo contemporâneo.

A construção de uma justificativa para a invasão do Iraque, que se baseia na mesma estratégia de dar voz à somente um dos lados, tem prosseguimento:

101 *Há quem não entenda por que os EUA julgam necessário atacar o Iraque se*  
102 *não foi ainda comprovado nenhum vínculo entre Saddam Hussein e quem os agrediu, isto*  
103 *é, a Al Qaeda, uma organização comandada e em boa parte financiada por sauditas, que*  
104 *também suprem muitos de seus quadros e de seus prisioneiros em Guantánamo. Há, é*  
105 *claro, boas razões para depor um regime que, acumulando um arsenal de armas não*  
106 *convencionais, busca há muito o controle do petróleo e a hegemonia político-militar no*  
107 *Oriente Médio. A megalomania de um ditador instável constitui por si só um perigo que,*  
108 *numa região difícil e delicada, não é mais tolerável. Eliminar suas armas de destruição*  
109 *em massa, de cuja existência ninguém sério duvida, é um objetivo de curto prazo e, ao*  
110 *mesmo tempo, uma boa desculpa para implementar um projeto mais ambicioso, que*  
111 *implica em impor reformas profundas a todos os países vizinhos.*

Toda a argumentação aqui se dirige a explicar como o Iraque “procura a hegemonia político-militar no Oriente Médio” (linhas 106-107), com “um regime que acumula um arsenal de armas não convencionais” (linhas 105-106), “uma boa desculpa para implementar um projeto mais ambicioso, que implica impor reformas profundas a todos países vizinhos” (linhas 110-111). O colunista parece ignorar o propalado discurso sobre a construção do Império, problematizado tanto no mundo acadêmico (cf. Hardt e Negri, 2000) quanto no mundo globalizado de nossos dias por meio de diferentes jornais e revistas (como exemplo, cf. as seções do jornal *Folha de São Paulo* dedicadas à cobertura da guerra, batizada de “Ataque do Império”). Tal omissão nos impele a ler as citações acima de uma perspectiva ocidentalista. Curioso esquecimento já que o atual conceito de *Império*, por ser muito mais abrangente, posto que tem como interesse o mundo todo sem um núcleo claro, é muito mais perigoso, principalmente para o espaço sociocultural onde estão situados os leitores da *Folha de São Paulo*, fora do eixo Europa e Estados Unidos – espaços hegemônicos no Império, que o autor não parece considerar. É como se calasse os discursos sobre a nova ordem mundial, criada sob a liderança dos EUA.

Ao aproximar-se da parte final do texto, o jornalista, utilizando-se de uma metáfora – o jogo de xadrez – analisa os acontecimentos em seu aspecto estratégico:

112 *Como se se tratasse de um tabuleiro de xadrez, a conquista do Iraque*  
 113 *completaria a ocupação das casas de uma mesma cor, possibilitando o exercício de*  
 114 *pressões mais intensas sobre os sauditas e o Iêmen, além de servir tanto para, em*  
 115 *conjunto com Israel e a Turquia, proteger a Jordânia e isolar a Síria e seu protetorado*  
 116 *libanês quanto para ameaçar um flanco do Irã, enquanto o outro se encontra devidamente*  
 117 *coberto pelo Afeganistão ocupado, que, por sua vez, com a Índia do outro lado, ajuda a*  
 118 *manter bem-comportada a única nação islâmica sabidamente nuclearizada, o Paquistão.*  
 119 *Nem se devem, de resto, ignorar dois possíveis brindes que viriam com a invasão: as*  
 120 *reservas iraquianas, que relativizariam a importância do petróleo saudita, e, eliminando-*  
 121 *se Saddam, que financia e inspira a Intifada e o maximalismo irredentista palestino, a*  
 122 *consequente remoção de um dos grandes obstáculos à pacificação do conflito israelo-*  
 123 *árabe.*

O jornalista soluciona a charada do jogo de xadrez que a invasão do Iraque representa: ocupar mundialmente as “casas da mesma cor” (linha 113) que possam ameaçar a continuação do processo de ocidentalização

contemporâneo, tendo ainda como bônus as reservas de petróleo iraquianas e a pacificação do conflito entre Israel e o mundo árabe. Finalmente, surge o motivo econômico para guerra, mas camuflado como “brinde” (linha 119) e não como um dos motivos centrais do conflito. Percebe-se também o tratamento da guerra como algo inevitável, frio e simples – um jogo estratégico – sem se problematizar, em nenhum momento, as perdas humanas civis no lado iraquiano, palestino e de outros países árabes. Estabelecendo um diálogo com a situação apresentada no primeiro parágrafo do artigo, esse movimento é contrastante com o ressentimento e a denúncia do grande número de cristãos (ocidentais) vitimados por ataques terroristas. A ótica ocidentalista justifica tais “efeitos colaterais”, já que a guerra é a única resposta para lidar com uma alteridade entendida como desviante, desumana e bélica.

O autor conclui, enumerando uma série de argumentos para mostrar que se o ataque de 11 de setembro tinha como objetivo expulsar os Estados Unidos do mundo islâmico, como queria Osama bin Laden, isso não acontecerá:

124 *O quadro do que 2003 parece prometer não deixa, assim, de ser*  
125 *paradoxal. Se uma das metas declaradas dos planejadores da destruição do World Trade*  
126 *Center era a de expulsar os americanos das terras islâmicas, o que conseguiram até o*  
127 *momento foi a maior concentração de seu poderio militar no coração mesmo do mundo*  
128 *árabe. Descontadas as pessoas assassinadas e o prejuízo econômico desde então já*  
129 *digerido, a primeira grande vítima da ação mais ambiciosa do terror islâmico acabou*  
130 *sendo justamente seu regime favorito, o do Taleban no Afeganistão. A segunda vítima*  
131 *séria foi a Intifada palestina.*

132 *A intenção provável de Iasser Arafat quando a desencadeou era a de,*  
133 *provocando uma reação excessiva de Israel, tornar inevitável a intervenção estrangeira*  
134 *no conflito, algo que lhe traria vantagens sem obrigá-lo a fazer concessões.*

135 *Esse estratagema só daria certo se, mantendo-se neutros, os EUA deixassem os*  
136 *europeus pressionarem os israelenses. Graças à Al Qaeda, a neutralidade americana*  
137 *ficou fora de questão. A próxima vítima é, quase certamente, Saddam Hussein, o ditador*  
138 *que chegou mais perto de obter a “bomba atômica árabe”. O que virá a seguir está em*  
139 *aberto, mas, seja a eliminação da casa de Saud e o fim da promoção internacional de sua*  
140 *vertente wababbista do islã ou a deposição dos aiatolás iranianos que comandam o mais*  
141 *antigo regime fundamentalista, seja a ocupação da Somália, um dos grandes refúgios de*  
142 *grupos islâmicos, ou da Líbia, propiciando o cerco do mais importante país árabe, o*  
143 *Egito, uma coisa é líquida e segura: as coisas não correrão de acordo com os planos*  
144 *originais de Osama bin Laden.*

Retornando à temática do terrorismo global, o jornalista mostra que toma discursos construídos pela imprensa americana como valor de verdade. Grande parte da mídia internacional apontou a falta de evidências sobre várias das suspeitas levantadas neste último parágrafo: a ligação entre a Al Qaeda e Saddam Hussein; a existência de armas de destruição em massa no Iraque, e a culpabilidade de Osama bin Laden na destruição das Torres Gêmeas, são alguns exemplos de acusações não esclarecidas sobre as quais não há provas irrefutáveis.

Da mesma forma, é ignorada a ampla discussão sobre o fato de o desenvolvimento da doutrina de segurança geoestratégica americana ter se dado muito anteriormente ao ataque de 11 de setembro. Esse apenas teria criado um clima favorável para que a doutrina, antes criticada, encontrasse ampla aceitação, e fosse ressignificada em termos de “guerra ao terrorismo internacional”.

Ao passar ao largo de todo esse questionamento e apresentar, num estilo laudatório e assertivo, como incontestes “fatos” que até agora parecem ter sido construídos como estratégia de convencimento da opinião pública mundial, Nelson Ascher parece justificar a guerra contra o Iraque, na aceitação acrítica da doutrina americana de “combate ao terror”.

O colunista parece até mesmo saudar o plano de ataque ao Iraque como “reparação” pelo 11 de setembro. Essa percepção se apóia na alusão a Osama bin Laden ao final do artigo (linhas 143-144), dentro da proposição afirmativa “*uma coisa é líquida e segura: as coisas não correrão de acordo com os planos originais de Osama bin Laden*”. O emprego dos adjetivos “líquida” e “segura”, bem como a utilização dos tempos presente (“uma coisa é”) e futuro do indicativo (“não correrão”), imprimem contornos de ameaça à proposição, além de insinuarem uma justificativa para o emprego de meios militares, se necessário for. É por isso que somos levados a interpretar a força ilocucionária do artigo como posicionamento favorável do jornalista à ação bélica *preventiva e auto-defensiva*, em sintonia com a retórica da “Doutrina Bush”, nomeação utilizada por muitos daqueles que se manifestaram criticamente na mídia à respeito do panorama belicoso. E é nesse sentido que os discursos que recuperamos em seu texto podem ser entendidos como uma arma de guerra, se tivermos em mente a situacionalidade de tais discursos no mundo sociocultural em que a publicação se encontra imersa e os efeitos de verdade que ela faz circular.

Levando em conta o conjunto de redes de práticas e convenções discursivas e interacionais associadas à ordem do discurso da mídia, constatamos que Nelson Ascher articula-as de forma tradicional em seu artigo de opinião, recorrendo às polarizações, às dicotomias, a uma série de pressuposições, a toda sorte de estereótipos e ao apagamento de vozes dissidentes, recursos comumente utilizados como forma de argumentação em artigos opinativos. O tipo de interação assimétrica que ele propõe aos seus leitores, a sua estratégia de ação não-problematizadora, os discursos mobilizados (da própria mídia, da História, da modernidade iluminista, e da academia) e a construção de identidades/alteridades engessadas e estigmatizadas, em conjunto, constroem uma perspectiva fundamentalista para a sociedade, operando dentro de uma ótica monocultural e negociando sentidos cristalizados pela tradição. Nesse sentido, não inova, não apresenta um ponto de vista alternativo, nem desafia as vozes conservadoras da ordem do discurso da mídia; pelo contrário, afirma-as em sua estaticidade e em sua forma destrutiva de construção da diferença. Deixa intacto, assim, o seu potencial criativo, transformador e inventor de novas formas de vida, que os discursos da perspectiva pós-colonial prenunciam.

## 6. Conclusão

O nosso movimento questionador, que procurou refletir a respeito de alguns aspectos da vida social presente, teve em vista a possibilidade de um planejamento futuro diferenciado no que tange a construção da alteridade. Produzimos uma narrativa multivocal e polifônica, na qual as várias vozes solicitadas nos auxiliaram a mapear discursos disponíveis na cultura. A partir delas, observamos o entrelaçamento de poder, saber, conhecimento e subjetividade, em estado de provocação permanente. Conseguimos reconstruir um mosaico de crenças, valores e atitudes presentes no texto do jornalista Nelson Ascher e que povoam as histórias que constroem a vida social contemporânea.

Presenciamos, ao longo do percurso proposto, a construção de um posicionamento ocidentalista e a fabricação de uma ótica fundamentalista travestida por um discurso *libertador* e *emancipador*. Vimos que tal encadeamento de idéias articula diferentes discursos que, embora não sejam uniformes, trabalham com a noção de risco frente ao *menos desenvolvido*, fornecendo um caminho compartilhado para o discurso bélico no qual a

eliminação do perigo é necessária para a democracia. Tal lógica engendra uma ideologia sintonizada com o credo ocidentalista dominante, e com uma face do projeto neoliberal que nele se insere, de que o *mais moderno*, o *mais desenvolvido* e o *mais novo* são melhores para todos e devem ser levados ao mundo pelos que se encontram em um estágio *mais avançado e iluminado* da humanidade. Argumentamos, a partir da perspectiva de outros profissionais da mídia, que a fabricação deste tipo de discurso moveu os neoconservadores americanos e o presidente George W. Bush a incitar seus oficiais a estar preparados para atacar imediatamente qualquer *recanto obscuro* do planeta, assim como parece ter movido o jornalista da *Folha de São Paulo* a propor a reeducação do Islã.

Constatamos, a partir de Venn (2000), que o discurso da modernidade, com toda a sua ambivalência, está longe de ser uma força desgastada e que, apesar das intimações da pós-modernidade, o discurso da *modernização* ainda funciona a serviço dos objetivos que sua própria lógica ocidentalista decreta. A nossa análise mostrou que o artigo opera dentro de discursos da cristalização ou da conservação de ideologias e contribui para a formulação de uma resposta a algumas das questões norteadoras de nossa reflexão: A que interesses servem os discursos como os que tal texto institui? Seria uma tentativa remanescente da ocidentalização em meio a um mundo pós-colonial que tenta se desvencilhar da modernidade, imaginando formas radicalmente diferentes de sociabilidade no momento do “pós”?

Nelson Ascher não se mostrou nenhum pouco inovador o que nos faz concordar com Venn (2000) que os textos fundamentalistas de hoje se expandiram para os meios de comunicação de massa e para tecnologia militar. Podem ser entendidos, portanto, como *reutilizações modernas* de discursos mais antigos tradicionais e religiosos, que preservam suas dimensões míticas, embora sejam condicionados pela experiência da contemporaneidade. Podem, também, ser interpretados como parte dos projetos contemporâneos de ocidentalizar o mundo, na lógica do Império, que não deixa nada de fora e tudo inclui para “educar”.

Nesse sentido, o texto jornalístico em questão pode ser considerado parte integrante das redes de informação em uma sociedade do controle que faz com que compreemos idéias e discursos sem necessidade de coação e atualizemos, na prática, valores e atitudes sem que reflitamos sobre elas. Incorporamos, assim, sentidos sobre a *satanização* do outro sem muita no-

ção de suas implicações para o funcionamento da sociedade. Ao não nos darmos conta de que nossas formas de descrição do mundo influenciam nossa forma de nele atuarmos, enganamos-nos ao imaginar que o tipo de discurso alteritário vigente possa ter uma correspondência com o real. Perdemos, dessa forma, a perspectiva da arbitrariedade dos discursos por nós produzidos ao não percebê-los como construindo realidades sociais de modo específico.

Tais constatações não querem dizer que na mídia não haja discursos que atuem na direção contrária, o que indica que a ordem do discurso da mídia é um sistema aberto. As vozes de vários outros jornalistas que fizemos figurar ao longo de nosso texto apontam nessa direção. Isso sinaliza, que a construção de outros mundos é possível. Outros poderes, outros saberes, outros conhecimentos e outras subjetividades aguardam a nossa invenção.

Se pensarmos que identidade e diferença são constituídas em uma relação de dependência mútua e que o que *eu sou* só é definido pelo que *eu não sou*, percebemos que ao nos construirmos, fabricamos o outro. Essa construção pode ser feita de forma essencializada ou não. Pode aniquilar o outro ou edificá-lo. As pinturas de Albert Eckhout – pintor que integrou a missão holandesa no séc. XVII, cujas telas retornaram ao Brasil, depois de séculos, no momento em que escrevíamos este artigo – figuram na nossa lembrança como emblema de que nem sempre o ocidente construiu uma imagem negativa do outro, para lançar uma luz positiva sobre si mesmo. Ao retratar em seus quadros a diversidade étnica brasileira, esse artista lança um olhar para a diferença que confere ao outro um status de dignidade e beleza, afirmando a sua alteridade. Mostra, assim, em pleno período moderno, uma organização para a diferença bem mais interessante eticamente do que estamos sendo capazes de imaginar, tão aprisionados estamos à herança epistemológica da modernidade colonial.

O mestre holandês acena, então, com uma alternativa para o mundo em que vivemos, atuando na contra-mão do dualismo simplista das oposições e dos discursos sobre a inevitabilidade da violência ameaçadora do momento atual. Estimula-nos assim a conceber outras narrativas sobre a vida social contemporânea, necessariamente povoada de matizes, e a pensar em futuros desejáveis, mais promissores ou melhores.

Todo discurso é uma ferramenta; de guerra ou de paz. Cabe a nós saber manejá-la no exercício de construção de novas coletividades políticas<sup>9</sup>, nas quais coexistam formas de vida múltiplas que se reconheçam reciprocamente na sua diferença e na sua qualidade de membro de uma cultura política comum. O paradoxo implicado nessa proposição nos desafia. Que sejamos criativos!

E-mail: moita@olimpo.com.br

## REFERÊNCIAS

- BELL, Alan & GARRETT, Peter. (Orgs.). 1998. *Approaches to Media Discourse*. Oxford: Blackwell.
- BEZERRA JR., Benilton. 2002. O ocaso da interioridade e suas repercussões sobre a clínica. In: Plastino, Carlos Alberto.(Org). *Transgressões*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- CALLIMAN, Luciana. 2002. *Dominando corpos, conduzindo ações: genealogias do biopoder em Foucault*. 2002. 11 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Saúde do Instituto de Medicina Social). Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- CASTEL, Robert. 1991. From dangerousness to risk. In Burchell, G.; Gordon, G.; Miller, P. (Orgs.) *The Foucault Effect: studies in governmentality*. London: Harvester Wheatsheaf: 281-298.
- CHOULIARAKI, Lillie & FAIRCLOUGH, Norman. 1999. *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- DELEUZE, Gilles. 1992. Política. In: *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- ELLIOT, W. Y. (Org.). 1955. *The Political Economy of American Foreign Policy*. Nova York: Henry Hold & Company.
- FABRÍCIO, Branca Falabella. 2002. *Implementação de mudanças no contexto educacional: discursos, identidades e narrativas em ação*. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem do Departamento de Letras da PUC-Rio). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- FAIRCLOUGH, Norman. 2000. Dialogue in the public sphere. In: Sarangi, S. & Coulthard, M. (Orgs.) *Discourse and social life*. London: Longman.

---

<sup>9</sup> Este convite é feito por Jürgen Habermas no artigo intitulado “Teoria da Adaptação”, publicado pela *Folha de São Paulo*, no caderno *Mais!*, em 5 de janeiro de 2003, p. 10-14.

- \_\_\_\_\_. 1998. Political Discourse in the Media: An analytical Framework. In: Bell, A.& Garrett, P. (Org.) *Approaches to Media Discourse*. Oxford: Blackwell.
- \_\_\_\_\_. 1995. *Media Discourse*. Oxford: Oxford University Press.
- FRANCO FERRAZ, Maria Cristina. 2002. Guerra, televisão e superexcitação dos corpos: ensaio de reflexão acerca dos atentados de 11 de setembro de 2001. In: Porto, S. D. (Org.) *11 de setembro em Nova York: A incompreensão da diferenças*. Brasília: CNPq, Edições IESB: 177-189.
- FOUCAULT, Michel. 2000. Aula de 17 de março de 1976. In: *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. [1988] 2001. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_. 1979. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- \_\_\_\_\_. 1977 [1975]. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Rio de Janeiro: Vozes.
- GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich & LASH, Scott. 1997. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: Editora da UNESP.
- IANNI, Octávio. 1976. *Imperialismo e Cultura*. Petrópolis: Vozes.
- JAMESON, Frederic. 1991. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática.
- KISSINGER, Henry A. 1974. *American Foreign Policy*. Nova York: W. W. Norton & Co.
- LINS, Daniel. 1997. Como dizer o indizível? In: *Cultura e subjetividade: saberes nômades*. Campinas: Papirus Editora: 69-114.
- LOUZADA FONSECA, Pedro Carlos. 2002. Identidades bestiárias na colônia: monstrosidade, gênero e ordem política na crônica portuguesa sobre o Brasil dos séculos XVI e XVII. In: Moita Lopes, Luiz Paulo & Bastos, Liliana Cabral (Orgs). *Identidades. Recortes Multi e Interdisciplinares*. Campinas: Mercado de Letras.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo. 2002. *Identidades Fragmentadas*. Campinas: Mercado de Letras.
- MUMBY, Dennis. 1997. (Org.) *Narrativa y control social. Perspectivas Críticas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- PENNYCOOK, Alastair. 2001. *Critical Applied Linguistics. A critical introduction*. Mahwah: Lawrence Earlbaum.
- SAID, E. W. 2003. Islã e Ocidente são bandeiras inadequadas. In Said, E. W. *Cultura e Política*. São Paulo: Boitempo Editorial: 136-139.
- \_\_\_\_\_. 1981. *Covering Islam: how the media and the experts determine how we see the rest of the world*. New York: Vintage.

- \_\_\_\_\_. 1978[1996] *Orientalismo. O oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SANTOS, Milton. 2000. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record.
- VAN DIJK, Teun A. 1998. Opinions and ideologies in the press. In: Bell, Alan & Garrett, Peter. (Orgs.) *Approaches to Media Discourse*. Oxford: Blackwell.
- VENN, Couze. 2000. *Occidentalism. Modernity and Subjectivity*. Londres: Sage.

## ANEXO

## É HORA DE REEDUCAR O MUNDO ISLÂMICO\*

NELSON ASCHER

COLUNISTA DA FOLHA, EM PARIS

O ano de 2002 foi um ano de terrorismo intensivo e violência mundo afora: cerca de 200 turistas mortos na explosão de uma discoteca em Bali e outras tantas vítimas, majoritariamente cristãs, linchadas na Nigéria; ataques no Paquistão a um consulado americano, a engenheiros navais franceses, a organizações e templos cristãos; alvos cristãos atacados nas Filipinas e uma sinagoga bombardeada na Tunísia, vitimando turistas alemães; a destruição de um hotel e o lançamento de mísseis terra-ar portáteis contra um jato comercial israelense no Quênia; vários atentados contra a Índia; a tomada de reféns num teatro em Moscou por rebeldes tchetchenos; o ataque a um petroleiro francês perto da costa do Iêmen. O maior número de atentados, porém, ocorreu contra a população civil de Israel e, embora 90% deles tenham sido evitados, os bem-sucedidos resultaram em centenas de mortos e milhares de feridos e mutilados.

Há várias coisas em comum entre essas ações: elas foram todas perpetradas por muçulmanos e quase sempre movidas pelo fanatismo religioso; além disso, a maioria se dirigiu contra “alvos moles”, ou seja, civis indefesos, e nenhum ataque de envergadura ocorreu nos EUA ou na Europa Ocidental. Tal ausência resultou não da falta de tentativas, mas de boa prevenção. Seja como for, é difícil escapar à constatação de que, desde 11 de setembro de 2001, vigora um estado de guerra no planeta. A principal objeção daqueles que relutam em lançar mão de expressões bélicas consiste em procurar equacionar o fenômeno em termos de criminalidade: tratar-se-ia antes de um caso de polícia que de exércitos.

O equívoco desse raciocínio reside em julgar que só o conflito entre nações pode ser qualificado de guerra, mas é um fato que conflagrações desse tipo são relativamente recentes, enquanto, através da história, o grosso das guerras foi travado por tribos, etnias, seitas, castas, grupos sociais etc.

De certa forma, após a exceção de alguns séculos, voltou-se à regra geral.

Mas que guerra é essa? Será o “choque de civilizações” de que o professor Samuel Huntington, de Harvard, falou em seu célebre ensaio publicado em 1993 na revista “Foreign Affairs” e desenvolvido posteriormente em livro? Sim e não. Embora haja fatores econômicos envolvidos no drama contemporâneo, não são eles nem as disputas territoriais e outras querelas tradicionais as suas causas profundas. Pelo contrário, são as diferenças culturais, de civilização e visão de mundo que estão na raiz até mesmo dos problemas econômicos envolvidos. A idéia geral de Huntington e sobretudo sua polêmica frase-chave, segundo a qual “o islã tem fronteiras sangrentas”, provaram-se nada menos que proféticas.

O que deixa a desejar, entretanto, é o modo como ele define os atores do entrechoque, a saber, de acordo com a religião que prepondera ou preponderou em tal ou qual lugar, algo que, para o autor, determina o caráter de uma civilização.

40 Acontece que, se a religião professada pelos agressores é importante, assim como o  
é, para estes, a de suas vítimas, estas, por seu turno, não têm reagido como  
membros de civilizações religiosamente circunscritas. A motivação confessional  
existe de um lado apenas, e o que se vê entre os agredidos é uma imensa  
45 dificuldade de acreditar que seja essa a motivação dos atacantes. Daí a busca inútil  
de causas de todo tipo, exceto as religiosas.

Quantos americanos ou europeus, afinal, reconhecem-se na expressão  
“cruzadistas” que os militantes islâmicos lhes reservam? E, salvo no caso dos  
hindus do Estado indiano de Gujarat, que retaliaram contra uma atrocidade  
muçulmana anterior, e pouquíssimos eventos inócuos e marginais, não houve  
50 atentados ou ataques antiislâmicos em parte alguma, nem nos Estados Unidos nem  
no resto do Ocidente, nem mesmo em Israel: nada de muçulmanos trucidados ou  
bombas nas mesquitas. Os únicos atos de terror antimuçulmano foram perpetrados  
por seus próprios correligionários, em países islâmicos como a Argélia. Talvez  
seja, portanto, mais adequado entender a situação como o confronto entre duas  
55 visões de mundo: de um lado, uma pré-moderna, religiosamente enraizada; de  
outro, uma que é pós-iluminista e, no que diz respeito à política, pós-religiosa.

Se bem que nenhum dos ataques acima tenha se aproximado da  
gravidade do megaatentado inaugural, é este que lhes dá sentido, garantindo que  
sejam tomados, não como ocorrências isoladas, mas sim como ações de uma  
60 mesma conflagração cuja origem se encontra na crise generalizada do mundo  
islâmico e, de modo muito mais agudo, no seu núcleo, os países árabes. É nessas  
nações mal-formadas, pessimamente administradas, em franca regressão  
socioeconômica e nas quais o insucesso de um nacionalismo equivocado abriu as  
comportas do fundamentalismo religioso, que elites autoritárias e corruptas  
65 associaram-se primeiro a uma intelectualidade oportunista e, agora, a um clero  
sequioso de poder e sangue para, inventando uma sequência paranóica de inimigos  
externos, dirigir contra estes a ira de suas populações frustradas.

Como o islã não passou por nada semelhante à reforma do cristianismo  
ou à secularização do Ocidente e como o século 20 poupou os árabes da  
70 devastação da guerra total, seus porta-vozes recorrem a uma retórica bélica que,  
entre povos mais experientes, causa antes pasmo que horror.

Que o governo dos EUA, respaldado pela opinião pública local, veja o  
11 de setembro e a Al Qaeda como manifestações da crise atual das nações  
muçulmanas e da disfuncionalidade das sociedades árabes praticamente assegura  
75 que, com ou sem guerra, o Iraque será ocupado pelos americanos.

Segundo a análise destes, não são somente as atrocidades de Bin Laden  
que se parecem com Pearl Harbor, mas é o mundo árabe mesmo que se assemelha  
ao Japão militarista. Em ambos os casos, grupos extremistas, xenófobos e  
agressivamente expansionistas conseguiram impor sua agenda ao resto da  
80 população, cativando inclusive sua simpatia e entusiasmo, para ao fim e ao cabo  
conduzir todos ao desastre completo. O Japão teve de ser derrotado, ocupado e, por  
assim dizer, reeducado antes de retornar à comunidade das nações. Ao que tudo  
indica, não é nada menos o que se prepara para o Iraque.

O país de Saddam Hussein é um microcosmo dos problemas da região.  
85 Os ingleses criaram o Iraque depois da Primeira Guerra reunindo três Províncias do  
então recém-dissolvido império otomano. A maior parte de sua população

compunha-se de árabes xiitas do sul e de curdos do norte. A Província central era habitada por árabes sunitas, judeus, cristãos (assírios, caldeus e armênios) etc. O poder foi dado à minoria árabe sunita e, o trono dessa nova monarquia, à família Hashemita (a mesma do monarca jordaniano), que na época perdera o controle hereditário das cidades santas de Meca e Medina para a casa de Saud, que fundou a Arábia Saudita. Depois de duas limpezas étnicas, a dos cristãos (1933) e a dos judeus (virada dos anos 1940/50, precedida por um grande pogrom, chamado “Farhud”, em 1941) e a repressão constante de curdos e xiitas, os Hashemitas foram depostos e massacrados em 1958. O que veio em seguida foram golpes militares, a dilapidação da riqueza petrolífera em armamentos, guerras desastrosas (contra o Irã, a invasão do Kuwait), o massacre de dezenas de milhares de curdos nos anos 80 e de xiitas na década seguinte. Saddam pertence à minoria árabe sunita que, representando menos de um quinto dos iraquianos, continua monopolizando o poder.

Há quem não entenda por que os EUA julgam necessário atacar o Iraque se não foi ainda comprovado nenhum vínculo entre Saddam Hussein e quem os agrediu, isto é, a Al Qaeda, uma organização comandada e em boa parte financiada por sauditas, que também suprem muitos de seus quadros e de seus prisioneiros em Guantánamo. Há, é claro, boas razões para depor um regime que, acumulando um arsenal de armas não convencionais, busca há muito o controle do petróleo e a hegemonia político-militar no Oriente Médio. A megalomania de um ditador instável constitui por si só um perigo que, numa região difícil e delicada, não é mais tolerável. Eliminar suas armas de destruição em massa, de cuja existência ninguém sério duvida, é um objetivo de curto prazo e, ao mesmo tempo, uma boa desculpa para implementar um projeto mais ambicioso, que implica em impor reformas profundas a todos os países vizinhos.

Como se se tratasse de um tabuleiro de xadrez, a conquista do Iraque completaria a ocupação das casas de uma mesma cor, possibilitando o exercício de pressões mais intensas sobre os sauditas e o Iêmen, além de servir tanto para, em conjunto com Israel e a Turquia, proteger a Jordânia e isolar a Síria e seu protetorado libanês quanto para ameaçar um flanco do Irã, enquanto o outro se encontra devidamente coberto pelo Afeganistão ocupado, que, por sua vez, com a Índia do outro lado, ajuda a manter bem-comportada a única nação islâmica sabidamente nuclearizada, o Paquistão. Nem se devem, de resto, ignorar dois possíveis brindes que viriam com a invasão: as reservas iraquianas, que relativizariam a importância do petróleo saudita, e, eliminando-se Saddam, que financia e inspira a Intifada e o maximalismo irredentista palestino, a conseqüente remoção de um dos grandes obstáculos à pacificação do conflito israelo-árabe.

O quadro do que 2003 parece prometer não deixa, assim, de ser paradoxal. Se uma das metas declaradas dos planejadores da destruição do World Trade Center era a de expulsar os americanos das terras islâmicas, o que conseguiram até o momento foi a maior concentração de seu poderio militar no coração mesmo do mundo árabe. Descontadas as pessoas assassinadas e o prejuízo econômico desde então já digerido, a primeira grande vítima da ação mais ambiciosa do terror islâmico acabou sendo justamente seu regime favorito, o do Taleban no Afeganistão. A segunda vítima séria foi a Intifada palestina.

A intenção provável de Iasser Arafat quando a desencadeou era a de,

135 provocando uma reação excessiva de Israel, tornar inevitável a intervenção estrangeira no conflito, algo que lhe traria vantagens sem obrigá-lo a fazer concessões.

140           Esse estratagema só daria certo se, mantendo-se neutros, os EUA deixassem os europeus pressionarem os israelenses. Graças à Al Qaeda, a neutralidade americana ficou fora de questão. A próxima vítima é, quase certamente, Saddam Hussein, o ditador que chegou mais perto de obter a “bomba atômica árabe”. O que virá a seguir está em aberto, mas, seja a eliminação da casa de Saud e o fim da promoção internacional de sua vertente wahabbista do islã ou a deposição dos aiatolás iranianos que comandam o mais antigo regime fundamentalista, seja a ocupação da Somália, um dos grandes refúgios de grupos islâmicos, ou da Líbia, propiciando o cerco do mais importante país árabe, o Egito, uma coisa é líquida e segura: as coisas não correrão de acordo com os planos originais de Osama bin Laden.

145

---

\* Folha de S. Paulo, 29 de dezembro de 2002.